



ELO



PORTE
PAGO

ANO X
N.º 120
MENSAL
ABRIL
1984
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

0 25 DE ABRIL HÁ 10 ANOS

- FIM DA GUERRA
- LIBERDADE CONQUISTADA
- ESPERANÇA
DE UMA SOCIEDADE MELHOR

(PÁG. 7)



COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

- SESSÃO SOLENE DIA 14 DE MAIO
- COLÓQUIOS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO
- CONVÍVIO NACIONAL

(PÁG. 3)



ENTREVISTA DE MELO ANTUNES AO «ELO»

- DA GUERRA COLONIAL
NASCEU A CONSCIÊNCIA
POLÍTICA DOS MILITARES DE ABRIL
- A NAÇÃO DEVE RECONHECIMENTO
PÚBLICO AOS DEFICIENTES DE GUERRA

(PÁGS. CENTRAIS)

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

(PÁG. 6)

TURISMO PARA DEFICIENTES E BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

O nosso sócio José Furtado, sócio n.º 20, na sua qualidade de vogal de Assembleia Municipal de Monchique, apresentou uma moção sobre as condições e estruturas de turismo do Algarve e as barreiras arquitectónicas que limitam as mesmas, tendo tal moção sido aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Monchique de 14 de Março e, posteriormente, foi também aprovada pela Assembleia Distrital de Faro por maioria, com quatro abstenções, onde foi apresentada pelo presidente da Assembleia Municipal de Monchique.

Dado o interesse do seu conteúdo e a sua aprovação representar o empenho exemplar de um sócio na vida local, transcrevemos em seguida o mesmo moção.

Considerando que, com base em estatísticas da Organização Mundial de Saúde dez por cento da população é deficiente;

Considerando que a justa integração dos deficientes na sociedade, consignada na Constituição Portuguesa, é tanto mais perfeita e completa, quanto mais auto-suficientes eles se tornarem, isto é, quanto menos dependerem dos outros para a realização dos direitos que lhes assistem como cidadãos;

Considerando que essa integração passa imprescindivelmente pela criação de condições que permitam aos deficientes o acesso a bens e serviços ao dispor do cidadão em geral, pela facilitação dos meios ao seu alcance e pela remoção dos obstáculos com que diariamente esbarram;

Considerando que esses obstáculos são dos principais responsáveis pelo enclausuramento dos deficientes que, por sua vez, acarreta frequentes traumas psicológicos a estes e elevados custos sociais à nação;

Considerando todas as facilidades de acesso que se criarem para os deficientes, além de em nada dificultarem os não deficientes, irão também beneficiar outros estratos da população, como idosos, crianças, grávidas e os deficientes temporários;

Considerando que, dado o peso do turismo na economia nacional e a importância ímpar do Algarve como região turística, é urgente, no momento de crise que atravessamos, desenvolver e abrir novas áreas de exploração naquela que é a maior indústria nacional;

Considerando que seria imperdoável não aproveitar, para se divulgar o Algarve e o turismo nacional, a oportunidade que será oferecida pelas programadas excursões à nossa província de deficientes de todo o Mundo, que virão ao 15.º Congresso de Reabilitação Internacional, a realizar em Lisboa em princípios de Junho;

Considerando que, para motivar os deficientes a fazerem turismo no Algarve — e a trazerem consigo familiares e amigos — é necessário oferecer condições que lhes são imprescindíveis;

Considerando que, dadas as privilegiadas características da nossa região e a boa qualidade de algumas das estruturas, basta principalmente corrigir a atitude de quem detém o poder para com os deficientes e procurar dar satisfação aos seus anseios;

A Assembleia Municipal de Monchique, sensibilizada para a problemática dos deficientes e procurando contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do Algarve turístico, cuja integração claramente assume, e recomenda:

1) Que sejam efectuadas as necessárias alterações arquitectónicas de modo a facilitar a livre circulação e o acesso de deficientes a edifícios em que funcionam organismos, repartições ou serviços públicos, nomeadamente construindo-se rampas para cadeiras de rodas ou, em alternância, mudando-se mesmo o local de funcionamento desses serviços;

2) Que sejam igualmente facilitados a livre circulação e o acesso de deficientes a edifícios e locais em que se realizem actividades culturais, desportivas ou de lazer, de modo a permitir-lhes, quer a assistência, quer a prática dessas actividades;

3) Que sectores dos balcões e «guichets» dos organis-

mos, repartições e serviços públicos sejam destinados ao atendimento de deficientes, em cadeiras de rodas, para o que deverão ter aí uma altura conveniente (80-90 cm);

4) Que tenham em devida consideração as recomendações anteriores, quer o Estado e as empresas públicas na elaboração de futuros projectos, quer nas Câmaras Municipais na aprovação desses projectos;

5) Que, tendo os nossos deficientes o pleno direito de gozar as praias como qualquer outro cidadão e sendo também esta a razão quase exclusiva da vinda de turistas ao Algarve, seja convenientemente facilitado o acesso às praias que possuam boas condições para o efeito, nomeadamente com a construção de rampas e colocação, na areia, de passarelas com a largura que permita o trânsito de cadeiras de rodas (mínimo de 120 cm com zonas de cruzamento de 180 cm);

6) Que sejam criados parques de estacionamento exclusivos para deficientes nas zonas em que, sendo maior o movimento e a procura, não se torne difícil estacionar, nomeadamente junto de edifícios e locais públicos referidos nos pontos 1) e 2), de praias referidas em 5) e nas zonas comerciais das cidades e vilas de maior movimento;

7) Que sejam construídas instalações sanitárias públicas destinadas a deficientes junto das praias referidas em 5) e em outras zonas de grande movimento;

8) Que sejam instaladas cabinas telefónicas próprias para deficientes por todo o Algarve, uma vez que a administração dos CTT, contra algumas sugestões, continua teimosamente a construir novas estações de correio com entrada exclusivamente por escadas, impossibilitando o acesso a deficientes em cadeiras de rodas (casos das recentes estações de Portimão e de Lagoa);

9) Que sejam implantadas placas indicativas com o símbolo internacional de acesso a deficientes em todos os casos em que se verifiquem, ou venham a verificar, essas condições;

10) Que a Região de Turismo do Algarve ou as Câmaras Municipais ou as Juntas de Freguesia disponham de placas com o símbolo internacional de acesso para serem cedidas às entidades privadas que as requisitem, como por exemplo: cinemas, instalações desportivas, hotéis, parques de campismo, empreendimentos turísticos, centros comerciais, etc.;

11) Que, nas zonas urbanas se proceda ao rampeamento dos lances junto das passarelas para peões, tornando-se mais fácil e rápido, e portanto menos perigoso, o atravessamento das ruas pelos deficientes em cadeiras de rodas e do qual irão também beneficiar as pessoas que accionam carrinhos de bebé e as próprias crianças neles transportados;

12) Que sejam colocadas cadeiras ou bancos de esperas nas repartições e serviços públicos que ainda os não possuam;

13) Que sejam colocados corrimões de tipo aconselhável nas escadas públicas (exteriores e interiores) que ainda os não possuam;

14) Que sejam tomadas providências no sentido de serem eliminados os mais diversos obstáculos que frequentemente se encontram nas zonas reservadas aos peões e que prejudicam particularmente os deficientes motores e visuais:

a) os veículos automóveis estacionados nos passeios;

b) as esplanadas dispostas de formação pouco criteriosa que obrigam com frequência os transeuntes a fazerem autênticas gincanas por entre cadeiras e mesas, se não optarem, com todos os perigos daí decorrentes pelas zonas destinadas ao trânsito automóvel;

c) as bancadas de exposição e o depósito de caixas e caixotes à porta de alguns estabelecimentos, ocupando grande parte dos passeios;

d) as placas de sinalização e as de publicidade vária que continuam a ser indisciplinadamente semeadas na via pública;

e) os toldos em que algumas vezes não é guardada a conveniente altura do solo (mínimo de 2 m);

f) os obstáculos que, colocados nos acessos a parques, jardins ou passeios públicos para impedirem o trânsito ou estacionamento de veículos, não tenham entre si uma distância (mínimo de 1 m) que permita a passagem de uma cadeira de rodas;

g) o diverso material de obras que muitas vezes ocupa grande parte da via pública, junto das construções ou restaurações de edifícios (quase sempre feitas sem as devidas protecções);

h) os chamados «buracos» para obras de canalização que frequentemente são abertos por períodos demasiadamente prolongados e sem as devidas protecções;

i) a irregularidade da pavimentação, nunca devendo esta ser escorregadia ou com areia ou cascalho;

15) Que a R.T.A proceda ao levantamento das instalações hoteleiras e similares com acesso e serviço a deficientes, tal como de locais de interesse turístico;

16) Que posteriormente, tendo em consideração aquele levantamento, sejam elaborados roteiros turísticos e folhetos informativos da nossa região com classificações quanto à acessibilidade, sugerindo-se a simbologia:

ACESSÍVEL. Entrada sem escadas. Portas com medidas superiores a 70 cm. WC acessível.

ACESSÍVEL COM RESERVAS. 1 a 3 degraus. Portas com cerca de 65 cm. WC com possibilidades de entrada, mas s/ fechar a porta.

INACESSÍVEL. Mais de 3 degraus, Largura de portas inferior a 65 cm. Elevador inacessível. WC estreito.

17) Que seja feita a conveniente promoção desse novo Algarve, além de pelos canais habituais, também junto do 15.º Congresso Mundial de Rehabilitation International e das associações e federações nacionais e estrangeiras e organizações internacionais de deficientes, podendo mesmo fazer-se uma campanha de lançamento com preços reduzidos.

Como se poderá facilmente prever, o volume de verbas a aplicar nas realizações atrás referidas é insignificante comparativamente aos efeitos que estas produzirão e à vontade política necessária à sua efectivação.

Esta moção, uma vez aprovada, deverá ser enviada às seguintes entidades:

Exmo. Sr. Presidente da República

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Exmo. Sr. Primeiro-Ministro

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Distrital de Faro

Exmo. Sr. Governador Civil do Distrito de Faro

Exmo. Sr. Presidente da Região de Turismo do Algarve

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Exmo. Sr. Director Regional do Planeamento Urbanístico

Exmos. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Exmos. Srs. Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve

Exmos. Srs. Presidentes das Câmaras Municipais do Algarve

Exmos. Srs. Presidentes das Assembleias de Freguesia do Algarve

Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia do Algarve

Exmas. Direcções das Associações ou das Delegações das Associações de Deficientes do Algarve

Exma. Direcção da Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve

Exmo. Sr. Director Regional do Correios do Sul

Exmo. Sr. Director Regional de Telecomunicações do Sul

E dela deverá também ser dada uma conveniente divulgação pelos órgãos de Comunicação Social.

Assembleia Municipal de Monchique, 14 de Março de 1984.

José Manuel da Silva Furtado

JANELA INTERIOR — 4

● O binómio: amor e sexo.

● Não há modelos para uma relação afectivo-sexual.

O amor e o sexo é um binómio que faz parte integrante do ser humano, e a prática amorosa constitui um dos actos mais naturais e saudáveis.

Viver entre os outros é o desejo fundamental dos deficientes.

Mas, viver em conjunto, implica para o não deficiente, uma evolução de mentalidade, para ultrapassar os seus receios e as suas reticências, face ao que não é habitual.

Para o deficiente, viver em conjunto implica uma aceitação razoável da sua deficiência, para poder estar disponível aos outros, e assim deixar de se considerar o centro do mundo.

A comunicação afectivo-sexual, geralmente inicia-se pelo olfacto, podendo expressar-se verbalmente e pelo olhar, e materializa-se pelo tacto.

Os deficientes debatem-se, na comunicação afectivo-sexual, com problemas específicos, que são inerentes à sua própria deficiência.

No entanto, acontecem outro tipo de problemas, de foro psicológico, que afectam a comunicação afectivo-sexual.

É importante sabermos que não estamos sós e que não há modelos para uma relação afectivo-sexual.

Pensamos que o órgão sexual mais importante é o cérebro, e que um pénis rígido, mais ou menos longo, assim como uma vagina húmida, não são garantias para um a relação autêntica.

A não aptidão para o coito, não implica a impossibilidade de se disfrutar prazer e a perda dos órgãos genitais, não implica a perda da sexualidade.

Enquanto o cérebro funcionar, mantém-se o nosso potencial de prazer sexual.

Assim o deficiente, qualquer que ele seja, deve ter acesso a toda a informação sobre o seu caso, para assim poder decidir, por si próprio, qual o melhor modo de expressar as suas necessidades sexuais.

A sexualidade não depende exclusivamente do corpo, pois a mente tem um papel fundamental e determinante no equilíbrio afectivo-sexual.

Acreditamos que a maioria dos deficientes pode conseguir uma vida afectivo-sexual satisfatória.

J. P. Valente dos Santos

CANDIDATOS A MEDIADOR DE SEGUROS

«A delegação do Porto, faz saber aos sócios que a Companhia de Seguros «L'Union Des Assurances de Paris», abriu concurso para candidatos a Mediadores de Seguros, que obedeam às seguintes condições;

- Idade entre 23 e 50 anos;
- Uma boa cultura Geral;
- Grande capacidade de trabalho;
- Gosto por Relações Públicas;
- Força criadora;
- Simpatia;
- Inteligência.

Os interessados deverão entrar em contacto com a Delegação do Porto até ao dia 10 (dez) do próximo mês de Maio, apresentando por escrito o seu «Curriculum».

LEIA

ASSINE

E DIVULGUE O ELO

X ANIVERSÁRIO DA ADFA • X ANIVERSÁRIO DA ADFA

NA SEDE DA ADFA

COLÓQUIOS SOBRE A GUERRA COLONIAL

Entende a ADFA ser imperioso e urgente revelar à opinião pública portuguesa a realidade da Guerra Colonial. Essa realidade não pode ser limitada ao conhecimento de um conjunto de actividades bélicas entre os Movimentos de Libertação e o Exército Português com a consequente revelação do rol de mortos e feridos. É preciso penetrar mais fundo nas raízes do colonialismo português e, num esforço de pesquisa corajoso, recolher todos os dados relevantes para a compreensão do seu epílogo violento. A Guerra Colonial terá sido como que o corolário da dinâmica imprimida, ao longo dos séculos, ao modelo de Colonialismo Português, e não poderá mais ser tida e entendida como um imponderável. Ela, Guerra, é, pelo contrário, uma emanação ou resultante lógica desse modelo de colonialismo. A ADFA, pela sua dinâmica ao longo de 10 anos e pela qualidade do seu tecido social (10 000 sócios testemunhas vivas e actantes nas três frentes de combate), é a entidade mais vocacionada e abalizada para levar a cabo, com êxito e isenção, esse esforço de investigação histórica.

Nesta conformidade a ADFA criou o seu CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, cuja missão principal será a escalpelização da Guerra Colonial. Consciente da responsabilidade que envolve tal iniciativa a ADFA não se poupará a esforços de pesquisa no sentido de que o resultado do seu trabalho se manifeste numa perspectiva de exclusiva verdade histórica sem qualquer enfeudamento político-ideológico.

Como ponto de partida para o cumprimento desta missão, a ADFA leva a efeito, na sua sede, um ciclo de colóquios sobre a Guerra Colonial que se integram no vasto programa da ADFA para comemorar com dignidade o seu 10.º aniversário e o 10.º aniversário do 25 de Abril.

O Ciclo de Colóquios não se limita à programação para Abril e Maio. A ADFA está receptiva a outros colóquios ou conferências, desde que previamente contactada para o efeito.

TEMAS A TRATAR NOS COLÓQUIOS DE ABRIL E MAIO:

18 ABRIL, 21 H. — «CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA COLONIAL». Apresentação de um trabalho do Centro de Inv. e Doc. da ADFA s/ dados existentes.

24 ABRIL, 21 H. — «O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO». Apresentado pelo Ten.-Coronel Carlos Fabião, da Associação 25 de Abril.

2 DE MAIO, 21 H. — «LITERATURA DA GUERRA COLONIAL». Apresentado pelo escritor João de Melo e ilustrado pelo poeta José Correia Tavares.

9 MAIO, 21 H. — «INFORMAÇÃO E GUERRA COLONIAL». Apresentado pelo Sindicato dos Jornalistas.

25 MAIO, 21 H. — «MOSTRA DE TODA A LITERATURA SOBRE COLONIALISMO E GUERRA COLONIAL». A ADFA convida todos os autores e editores a apresentar as suas obras de antes e depois do 25 de Abril, permanecendo as mesmas na ADFA para comercialização até 31 de Maio. Todos os dias haverá debates sobre «os livros do dia» com a presença dos autores.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA COLONIAL

Apresentação de um trabalho do Centro de Investigação e documentação da ADFA, recentemente criado, abordando:

- História da ADFA, sua afirmação e consolidação ao longo de 10 anos;
- Revelação e debate sobre algumas das consequências da guerra, já conhecidas: «Mortos, feridos, desertores, refractários e complicados».

Para este debate foram feitos convites aos novos países africanos de expressão portuguesa.

Quanto ao colóquio sobre «Informação e Guerra Colonial», o tema é bastante elucidativo, pois todos nós sabemos que a informação, devido ao regime que então vigorava, teve um papel importante ao serviço do poder instituído. Os números de baixas eram geralmente falseados. Os avanços dos movimentos seriam ignorados e os deficientes e mortos escondidos.

COLÓQUIO SOBRE O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO

Este debate será apresentado pelo Ten.-Coronel Carlos Fabião representante da Associação 25 de Abril.

DIA 25 DE ABRIL NA SEDE DA ADFA

PROECÇÃO DE FILMES E JOGOS

No âmbito das comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril e da ADFA, realiza-se na sede da ADFA, a partir das 15 horas, projecção de filmes sobre os países africanos de língua portuguesa. O bar e a sala de jogos encontrar-se-ão abertos procurando assim proporcionar um agradável momento de convívio.

Para os mais pequenos, que desta vez não serão esquecidos, haverá filmes de desenhos animados, nomeadamente de Walt Disney e jogos infantis, desenhos e serão distribuídas lembranças.

O material necessário aos desenhos será distribuído gratuitamente às crianças.

O Ten.-Coronel Fabião entrou no Exército em 1950, tendo servido quinze anos no Ultramar, dos quais mais de doze na Guiné onde esteve em quatro comissões. Foi encarregado do Governo, delegado da Junta de Salvação Nacional e comandante-chefe das Forças Armadas.

Esteve ligado ao 25 de Abril e foi ainda chefe do Estado-Maior do Exército por eleição até Novembro de 1975 (graduado em General), chefe do DRM de Lisboa até 1983 e fez parte do Conselho da Revolução.

COLÓQUIO SOBRE LITERATURA DA GUERRA COLONIAL

O escritor João de Melo proferirá na sede da ADFA, pelas 21 horas do próximo dia 2 de Maio, uma conferência sobre o tema «Literatura da Guerra Colonial», ilustrada com a leitura de textos, por parte do poeta José Correia Tavares, da Direcção da Associação Portuguesa de Escritores e um dos precursores daquela área temática da nossa Literatura: com nove livros publicados, desde 1961, Correia Tavares é autor do tão discreto como maravilhoso «Três Natais», reeditado no Natal de 1981, pela ADFA de Castelo Branco, com um novo prefácio de João de Melo e as belíssimas ilustrações do pintor Rocha de Sousa.

Quem é João de Melo?

João Manuel de Melo Pacheco nasceu em 1949, em Achadinha, Ilha de S. Miguel (Açores). Estudou no Continente até 1967, altura em que passaria a residir em Lisboa, onde se empregou. Mais tarde, e sendo funcionário sindical, veio a licenciar-se em filologia românica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É, actualmente, professor no ensino secundário.

Em fins de 1971, foi mobilizado para Angola, como furiel miliciano dos serviços de saúde, tendo feito uma comissão de serviço de cerca de 27 meses, sempre no Norte e em ambiente de guerra. Dessa experiência, viria João de Melo a extrair as situações focadas no seu justamento aplaudido romance «A Memória de Ver Matar e Morrer» (1977), como já acontecera no seu primeiro livro, de contos e editado em 1975, «Histórias da Resistência».

Aliás, de há alguns anos a esta parte, João de Melo interessou-se, sobremaneira, pela área temática da literatura da guerra colonial, sendo hoje, sem dúvida, um dos seus mais renomados especialistas. Preparou mesmo e tem praticamente prontos para edição os dois volumes de uma antologia, em prosa e em verso, relativa tanto à Guerra Colonial como às guerrilhas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Mas João de Melo é um autor plurifacetado, uma vez que reparte a sua actividade criadora, sempre com assinalável destaque, por domínios como, e além da ficção (romance e conto), a poesia, o ensaio, a crítica. Repare-se que, datando a sua estreia literária de há apenas nove anos, João de Melo é já detentor de vasta bibliografia. Vamos referi-la, não sem antes chamarmos a especial atenção para o seu belo romance «O Meu Mundo não É Deste Reino», de 1983, e um dos mais importantes que, naquele ano e não só foram editados em Portugal.

Bibliografia do conferencista

- Ficção**
- «Histórias da Resistência», contos — Prelo Editora, 1975 (esgotado).
 - «A Memória de Ver Matar e Morrer», romance — Prelo Editora, 1977 (esgotado); 2.ª edição, reescrita e lançada há poucos dias, pela Assírio e Alvim, com novo título: «Autópsia de um Mar de Ruínas».
 - «O Meu Mundo não É Deste Reino», romance — Assírio e Alvim, 1983.
- Poesia**
- «Navegação da Terra», poemas — Editorial Vega, 1980.
- Ensaio**
- «A Produção Literária Açoriana nos Últimos Dez Anos (1968-1978) — Separata da revista «Colóquio/Letras», n.º 50, de Julho de 1979 (esgotada).
 - «Há ou não uma Literatura Açoriana?» — Revista «Vértice», n.º 448, Maio/Junho de 1982.
 - «Toda e Qualquer Escrita» *Estudos, Ensaios e Críticas de Literatura* — Editorial Vega, 1982.
- Antologias**
- «Antologia Panorâmica do Conto Açoriano» (Séculos XIX e XX) — Selecção, estudo introdutório e notas — Editorial Vega, 1978.
 - «Atologia Literária da GMUERRA Colonial», em dois volumes — Poesia e narrativa (ainda inédita).

INFORMAÇÃO E GUERRA COLONIAL

Quanto ao colóquio sobre «Informação e Guerra Colonial» o tema é bastante elucidativo, pois todos nós sabemos que a informação, devido ao regime que então vigorava, teve um papel importante ao serviço do poder instituído. Os números de baixas eram geralmente falseados, os avanços dos movimentos seriam ignorados e os deficientes e mortos escondidos.

EXPOSIÇÕES NA SEDE DA ADFA

A partir do próximo dia 24 de Abril e até 31 de Maio, estará patente na sede da ADFA uma exposição fotográfica sobre o X Aniversário da ADFA, abrangendo as várias áreas possíveis. Esta exposição aberta diariamente das 10 horas às 18 horas até ao fim de Abril e até às 20 horas de 1 a 31 de Maio.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECEBE DIRECÇÃO DA ADFA

Tal como noticiámos no último número do ELO, o Presidente da República vai receber a Direcção Central da ADFA no próximo dia 2 de Maio.

Este pedido de audiência tem por objectivo convidar Sua Excelência, o senhor Presidente da República para a sessão solene que terá lugar na sede da ADFA, no próximo dia 14 de Maio.

A sessão solene é seguida de um espectáculo com a Orquestra Ligelra do Exército no Teatro Nacional D. Maria II, integrado nas comemorações do X Aniversário da ADFA.

DIA 26 DE MAIO CONVÍVIO NACIONAL DE SÓCIOS EM VILA DO CONDE

O habitual convívio nacional de sócios que de ano para ano vem ganhando aderência associativa, não será em Coimbra como inicialmente chegou a estar previsto por não ter havido acordo, entre a comissão executiva e a direcção daquela delegação, quanto à metodologia seguida para a organização do referido convívio, nomeadamente ao nível das competências nos contactos a efectuar e que aquela delegação entendia ser do seu âmbito e não dos órgãos centrais.

De acordo com o programa aprovado na Assembleia Geral Nacional de Janeiro e dentro do espírito da comissão executiva e nacional, torna-se imperioso descentralizar as várias acções e levar a cabo durante o corrente ano, daí que se pretenda fazer este convívio na área de uma delegação com um razoável número de sócios e com boa rede de transportes.

O LOCAL

Assim, o convívio será este ano no dia 26 de Maio, em Vila do Conde, a 20 km do Porto, num local com muito boas condições para este tipo de convívio com a envergadura que já tem.

O TRANSPORTE

O local do convívio estará devidamente sinalizado a partir do Porto e para quem venha mais do Norte também.

Aos sócios que não tenham transporte próprio será assegurado transporte, num autocarro próprio, a partir da estação de Campanhã e da delegação da ADFA, sita na R. Pedro Hispano, 1105, na cidade do Porto, até ao local do convívio.

O PROGRAMA

O programa está a ser elaborado e conta com actividades culturais desportivas e recreativas, para além do almoço onde certamente não irão faltar algumas surpresas agradáveis.

INSCRIÇÕES

A fim de podermos garantir refeições a todos os sócios, familiares e amigos, torna-se necessário proceder a uma inscrição prévia até ao dia 21 de Maio, na Sede ou em qualquer delegação.

Quem quiser aproveitar e passar o fim de semana em Vila do Conde poderá fazê-lo, estando-se neste momento a estudar a hipótese de se poder acampar junto ao local do convívio.

A organização deste convívio conta, além da comissão executiva, com a colaboração da delegação do Porto e do Núcleo de Vila do Conde.

EM JUNHO CONVÍVIOS NO RIBATEJO E NA ESTREMADURA

No dia 9 de Junho próximo realiza-se em Alcobaca, com início às 10 horas, uma reunião com os sócios da zona, seguido de um convívio em local ainda a definir. A reunião, em princípio e se para tal obtivermos autorização, será na sala de reuniões da Assembleia Municipal.

Dia 10 de Junho realiza-se, no Cartaxo uma reunião e convívio associativo que terá lugar no castelo dos Chavões, a cerca de 2 km de Cartaxo e a 1000 metros da estação de comboios.

De referir que o local tem condições para grandes deficientes motores, pois o referido Castelo dispõe de uma área coberta de largas centenas de metros quadrados e uma área arborizada ainda muito maior, com o chão acimentado.

Para este convívio contamos desde já com a prestímoza colaboração do Rancho de Vila Chã de Ourique. Haverá também actividades desportivas.

No próximo número do ELO daremos mais pormenores sobre estes convívios, contudo esperamos desde já contar com grande número de sócios, não só da zona como de várias outras localidades.

X ANIVERSÁRIO DA ADFA • X ANIVERSÁRIO DA ADFA

A INAUGURAR EM 2 DE MAIO EXPOSIÇÃO DO 10.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Por iniciativa da Associação 25 de Abril, no âmbito do seu programa das comemorações do 10.º aniversário da Revolução dos Cravos, realiza-se a partir do próximo dia 2 de Maio, na Sede da ADFA, uma exposição de expressão gráfica e escrita.

Esta exposição surge na sequência de um concurso levado a cabo por aquela Associação dos Militares de Abril, destinado a todos os jovens com menos de 15 anos de idade e cujo prazo de envio àquela Associação terminou em 31 de Março, tem como tema «O 25 de Abril e o Direito da Criança à Paz e Fraternidade Universais».

Os temas do concurso são restringidos às seguintes modalidades:

— Desenho; Pintura; Colagem; Banda Desenhada; Prosa e Poesia.

Um júri constituído por Glória Marreiros, José Barata Moura, Júlio Isidro, Maria A. Meneres, Noronha e Vasco Granja, seleccionou 100 obras dentre as mais sugestivas.

Na inauguração desta exposição que terá lugar às 18.30 horas do dia 2 de Maio, estarão várias pessoas ligadas à Associação 25 de Abril e outras entidades.

Uma iniciativa que pretende não esquecer os mais pequenos e que merece todo o nosso apoio.

Cerca das 9.30 horas foi dada a partida aos participantes a quem foi entregue um questionário para preencher durante o percurso também devidamente assinalado no papel.

Chegados ao local, os participantes fizeram entrega do seu questionário e tinham como tarefa descobrir três prémios escondidos na vegetação da zina.

Não encontrados todos os prémios, dentro do limite de tempo dado, começou-se a tratar do almoço (cada um levava o seu), os que não tinham o almoço pronto a dragar trataram de utilizar um fogareiro existente numa simples mas grande casa em madeira que na época balnear faz de restaurante e cujo proprietário se mostrou pronto a colaborar facultando-nos aquela área coberta, não fosse eventualmente coher enquanto se iam atestando os respectivos estômagos.

Embora de manhã o dia parecesse não ser propício a esta actividade, contudo foi melhorando e por fim acabou mesmo por ficar bastante bom.

Após o almoço procedeu-se à entrega dos prémios, tendo o primeiro classificado oferecido o seu prémio à AFDA.

Seguiu-se um franco e são momento de convívio entre os participantes.

Os três primeiros classificados foram respectivamente: 1.º, António Martins e Mário Villa-Lobos no carro n.º 5; 2.º, Luís e Fernanda no carro n.º 1; 3.º, Lopes Dias e Maria José no carro n.º 4.

dos em outros documentos como: fotos, aerogramas, cartas, ou outros documentos que tenham ligação com a experiência da guerra colonial.

Com esta iniciativa queremos organizar um arquivo com documentos e relatos de factos e experiências de todos aqueles, deficientes ou não que tenham estado em qualquer das três frentes de batalha — Guiné, Angola, Moçambique.

Para colaborarem nesta nossa recolha poderão escrever-nos enviando os vossos testemunhos para: Redacção do Jornal ELO — Palácio da Independência — Largo de São Domingos 1194 Lisboa Codex.

ACAMPAMENTO PARA DEFICIENTES

Por iniciativa da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral realiza-se de 9 a 15 de Julho de 1984, na Quinta da Conraria em Coimbra, o 1.º Acampamento Nacional para Deficientes.

As inscrições, ao preço de 200\$00 por pessoa, poderão ser feitas até ao dia 11 de Maio próximo para 1.º A.N.D. — Assoc. Portuguesa de Paralisia Cerebral, Rua Eça de Queirós, 35 — 3000 Coimbra.

Do programa constam várias actividades culturais e recreativas. A ADFA dispõe de inscrições para este acampamento.

CARAVANA COM PIQUE-NIQUE NA ARRÁBIDA

Como noticiámos no número anterior do «ELO» realizou-se no passado dia 2 de Abril, uma caravana automóvel com saída da Sede da ADFA para o Parque da Cumenda, na Serra da Arrábida, local onde se realizou um pique-nique.

«TESTEMUNHOS DA GUERRA COLONIAL»

Dentro das actividades do X aniversário, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende fazer uma recolha de testemunhos sobre a guerra colonial.

Além de testemunhos sobre a forma de relatos escritos, estamos vivamente interessa-

TÉCNICO DE CONTAS

Sócio, devidamente habilitado, inscrito na DGCi, aceita execução de escritas dos grupos A, B e C e trata de assuntos fiscais. Telefone 247 40 46.



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

1974 1984
10 ANOS DE LUTA



NA CERTEZA DA NOSSA RAZÃO
AFIRMAMOS O FUTURO



MANIFESTAÇÃO NO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

AOS FOTÓGRAFOS DIAPORAMA DA ADFA

ADFA vai produzir um Diaporama para que de uma forma rápida e eficaz possa esclarecer a opinião pública sobre a nossa problemática. Este Diaporama destina-se a ser apresentado no XV.º Congresso Mundial de Reabilitação, a realizar no próximo mês de Junho em Lisboa.

Convidamos todos os sócios que possuam «slides» sobre a ADFA ou outros que de alguma forma se relacionem com o problema dos deficientes, a enviá-los à nossa sede para reprodução, após o que os originais serão devolvidos.

Os Slides assim enviados e apurados para figurarem no Diaporama serão publicados no jornal «Elo» e os seus autores receberão uma Menção Honrosa e uma medalha da Associação.

Contamos com a participação do maior número possível de leitores que poderão desta forma dar um grande contributo à ADFA.

MAPA DAS ACTIVIDADES ATÉ JUNHO

24	ABRIL	Sede — ADFA	20.30	2.º Colóquio sobre a guerra colonial com o ten.-cor. Fabião da Associação 25 de Abril.
25	ABRIL	Sede — ADFA	15-19	Abertura da exposição. Projecção de filmes sobre os países africanos de expressão portuguesa.
	ABRIL			Saída das colecções de carteiras de fósforos sobre desporto para deficientes.
2	MAIO	Sede — ADFA	20.30	3.º Colóquio «Literatura e Guerra Colonial», com João de Melo.
4 e 5	MAIO	ALMEIRIM	—	Jornadas de sensibilização com a colaboração da DGD.
9	MAIO	Sede — ADFA	20.30	Último colóquio «Guerra Colonial e Informação», com Sindicato dos Jornalistas.
12 e 13	MAIO	Sede — ADFA	—	Convívio associativo e jornadas desportivas.
14	MAIO	Sede — ADFA	—	Sessão solene.
26	MAIO	COIMBRA	—	Convívio Nacional de Sócios.
9	JUNHO	ALCOBAÇA	—	Reunião e convívio com sócios da zona.
10	JUNHO	CARTAXO	—	Reunião e convívio com sócios e piquenique.

REALIZADO EM 31 DE MARÇO CONVÍVIO DESPORTIVO E ASSOCIATIVO

Realizou-se no passado dia 31 de Março, na sede da ADFA, após o almoço que precedeu o Torneio Quadrangular de Futebol de Salão noticiado neste número, um torneio de sueca, o qual foi vencido pela equipa constituída pelos sócios Carlos César e Villa-Lobos.

Nesta tarde de convívio houve ainda projecção de dois filmes, um sobre desporto para deficientes e outro sobre integração de crianças deficientes.

Apesar do dia não estar nada convidativo a sair de casa, houve um significativo número de sócios e familiares que se deslocaram à sede a fim de participarem nesta tarde de convívio.

Não foi projectado o anunciado filme de desenhos animados dado que prevíamos um número de afluência de crianças inferior àquela que efectivamente tivemos, contudo num próximo convívio, os mais pequenos não serão concerta esquecidos. Aqui fica a promessa.

INSCREVE-TE

PARTICIPA

E tira a tua Carta de Campista Nacional, Internacional ou Juvenil na SECÇÃO DE CAMPISMO DA A.D.F.A.

X ANIVERSÁRIO DA ADFA • X ANIVERSÁRIO DA ADFA

HÁ 10 ANOS

AS PORTAS DO FUTURO ABRIRAM-SE

Há 10 anos terminava um pesadelo de 48 anos, de uma longa noite em que os portugueses consumiam o seu presente sem porvir. Mas depois, de repente, o sol venceu as trevas e as portas do futuro, abertas de par em par, deixaram ante- ver largos horizontes a per- correr em liberdade.

A ânsia de viver pôde lib- ertar-se e tocar as raias do impossível. Foi o 25 de Abril.

Os Deficientes das For- ças Armadas, muito espe- cialmente, sentiram o alívio da tensão acumulada nos tempos da incompreensão por parte da sociedade e do abandono por parte do Go- verno. Ninguém como os Deficientes das Forças Ar- madas se terá colocado tan- to no centro dos ideais de Abril; ninguém terá sentido tão seus aqueles ideais que eram de todos.

Para os deficientes milita- res, desesperados com a sorte que lhes cabia na so- ciedade, o 25 de Abril foi quase o fim da marginaliza- ção, a compreensão auto- mática dos seus problemas,

o reconhecimento colectivo dos seus objectivos, o pas- so dado para a verdadeira integração social. Não por magia, claro, mas por força da própria vontade e deter- minação de quem estava disposto a aproveitar plena- mente esse tempo fecundo de esperanças.

O 25 de Abril aconteceu e os Deficientes das Forças Armadas organizaram a sua Associação logo a seguir. Em 14 de Maio a ADFA era fundada, iniciando-se a par- tir daí um trabalho intenso.

Foi nesses primeiros tem- pos, em que o corpo social, tomando consciência de si próprio, estava disponível para se libertar das suas mazelas, que os Deficientes das Forças Armadas pro- curaram conquistar na consci- ência colectiva um lugar, já não com o estatuto que a cultura e o poder determina- vam, mas à medida dos seus próprios desejos. Não terá sido totalmente conse- guido, mas a ADFA empen- hou-se, nesses primeiros tempos da sua vida, com

todas as forças que ia ga- nhando.

Esse foi um tempo único, que raramente se repete. Por isso os deficientes ti- nham pressa em comunica- rem tudo o que tinham para dizer à sociedade que dan- tes, por ignorância, os se- gregava de entre os cida- ãos ditos normais. Por cau- sa dessa pressa, dessa im- paciência, terá ficado, para algumas pessoas, uma im-agem menos favorável da ADFA.

Mas não só da ADFA. O próprio 25 de Abril e os capitães que o fizeram não ficaram sem mácula.

Não faltou quem preten- desse aproveitar-se do que foi obra do profundo sentir das pessoas, assim como não faltou quem visse nessa tentativa de apropriação uma boa oportunidade para denegrir tudo o que genui- namente popular constituía um incómodo para o contro- le político da sociedade.

Os interesses partidários cedo pairaram por cima do 25 de Abril e do que este, no seu espírito libertador, ia

edificando, entrecruzando- se e chocando-se, pro- curando cada qual assegurar uma maior zona de contro- le neste campo virgem, depois de 48 anos de impro- dutividade.

Dez anos depois do 25 de Abril, a ADFA hoje, com a experiência que tem, se a história se repetisse, teria, certamente, aproveitado ainda mais aqueles tempos de liberdade, aqueles tempos em que as pessoas es- tavam totalmente receptivas para problemas como os dos deficientes. Voltaria, sem dúvida, a correr os mesmos riscos.

Só nessa altura é que foi, realmente, possível dizer às pessoas o que os deficien- tes pensavam e queriam; só nessa altura é que as pes- soas apreenderam um pou- co dos anseios dos deficien- tes; só nessa altura é que as pessoas se aperceberam minimamente da forma como os deficientes preten- dem ser tratados.

A ADFA teve consciência dessa oportunidade e pro-

curou aproveitá-la ao máxi- mo, dando assim um impor- tante contributo para a mu- dança das atitudes em rela- ção aos deficientes.

A dinâmica inigualável que caracterizou a ADFA nos primeiros tempos agu- çou o apetite de forças políti- cas que viam no seu contro- le um bom trunfo.

Não o conseguiram, nem na altura nem depois. Mas, por outro lado, essa dinâmi- ca, incomodativa para quem pretendia que o 25 de Abril fivesse sido uma serena transmissão de poderes, sem a cura dos grandes ma- les sociais, como era a mar- ginalização dos deficientes, também não se vergou aos olhares mais reprovadores que lhes eram lançados.

Os deficientes das Forças Armadas, há 10 anos, foram os primeiros a entrar nas portas do futuro, abertas de par em par pelo 25 de Abril, conscientes dos seus direi- tos, dos seus deveres e da sua autonomia e independência. Iniciaram aí uma ou- sada caminhada de liberta-

ção das peias da marginali- zação, com a consciência de que terão que ser desma- rradas por eles próprios e nunca por qualquer força política, seja oposição ou poder, sempre, todas, ávi- dos de controle das socie- dades e nunca da libertação destas ou das pessoas.

Partindo do 25 de Abril, que abriu os caminhos da esperança e do progresso a trilhar, os Deficientes das Forças Armadas, há 10 anos, arrancaram, sós, para esta longa caminhada que está ainda muito longe do seu termo, porque um defi- ciente, hoje, em Portugal, ainda é muito um cidadão com um estatuto diferente, na mentalidade colectiva.

São longos os caminhos que levam à justiça social e ao fim da marginalização.

Em 10 anos percorremos apenas uma pequena (mas grande) distância. Foi uma etapa desse caminho, mas suficientemente importante para tornar a marcha irre- versível, porque na direcção certa.

REIVINDICAÇÕES DA ADFA PARA 1984

DIRECÇÃO CENTRAL CONTINUA A SER RECEBIDA POR DIVERSAS ENTIDADES

Conforme noticiámos no último número do «Elo», a Direcção Central da Associação, na sequência da definição das reivindicações para 1984 pela Assembleia Geral Nacional Extraordi- nária de 14 de Janeiro último, tem vindo a ser recebido por diversas entidades, a quem apresentou essas mesmas reivindicações e procura motivar para se empenharem na sua satisfa- ção.

Referimos, no último nú- mero as audiências conce- didas pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, Secretário Nacional de Rea- bilitação, Chefe do Estado Maior do Exército e Chefe de Gabinete do Chefe do Estado Maior da Força Aérea.

A partir dessa altura as audiências prosseguiram. Assim, no dia 19 de Março,

a Direcção Central foi rece- bido pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Assem- bleia da República, a quem apresentou as reivindi- cações da ADFA para 1984, tendo-lhe solicitado o empen- hamento directo do Sr. Presidente da Assembleia da República, a fim de que as mesmas venham a ser satisfeitas este ano.

Esta audiência foi da maior oportunidade, já que permitiu uma informação correcta sobre as pre- tensões da ADFA, ficando assim a Presidência da As-

sembleia da República na posse de todos os elemen- tos e sensibilizado perante as situações de injustiça que a ADFA pretende ver resolvidas, apta, pois, a poder interferir junto do gover- no, fazendo-lhe sentir as preocupações da Associa- ção, o que irá de facto fazer.

Nos dias 21, 22 e 28 de Março, a Direcção Central da Associação foi recebida, respectivamente, pelos Grupos Parlamentares da UEDS (União da Esquerda para a Democracia Socialis- ta), PCP (Partido Comunista

Português) e PS (Partido Socialista).

Todos estes Grupos Par- lamentares receberam com receptividade a Direcção da ADFA.

A UEDS manifestou a maior compreensão para as pretensões da Associação, mostrando-se disponível para dar todo o apoio ao seu alcance.

O Grupo Parlamentar do PCP, com larga experiência em matéria de deficientes — foi o Grupo Parlamentar que, na Assembleia da Re-

pública, mais projectos tem apresentado neste domínio e que mais intervenções tem feito na defesa dos inte- resses dos deficientes —, manifestou a sua disponibi- lidade para se manter nesta linha de actuação, apoiando, como de costume, as pretensões da ADFA.

O grupo Parlamentar do Partido Socialista mostrou- se especialmente receptivo, comprometendo-se a inter-essar-se pelas reivindi- cações da Associação, le- vando-as até junto do Governo.

A ADFA espera agora, em breve, ser recebida pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS, MDP/CDE e ASDI, aquém, igualmente, solicitou audiências.

Aguardam-se também as audiências com o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Adminis- tração da Caixa Geral de Aposentações e Estado Maior da Armada, a quem a Direcção da ADFA também solicitou para ser recebida.

Também a esperada au- diência com o senhor Presi- dente da República irá ter lugar em breve, conforme noticiámos noutra local deste número. Esta audiência com o General Ramalho Eanes, embora nela também seja tratada a questão das reivindicações, prende-se mais com as comemora- ções do 10.º aniversário da Associação, pelo que lhe damos o devido relevo nou- tro local.

A EVOCAÇÃO DE ABRIL PELA ASS. 25 DE ABRIL

1 CONCURSOS EVOCATIVOS «25 DE ABRIL»: Já lançados, continuam em curso o jornalístico e o radiofónico. Quanto ao de poesia, a adesão verificada foi um êxito significativo.

2 PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA: um êxito bastante significativo, tendo sido recebidos vários milhares de trabalhos.

3 PRIMEIRO SEMINÁRIO DA A25A: a realizar sob o tema «O 25 DE ABRIL, 10 ANOS DEPOIS — OS TRÊS «D» DO MFA», de 2 a 4 de Maio, terá a sua sessão de abertura presidida por S. Ex.ª o Presidente da República. Os pormenores referentes ao SEMINÁRIO serão divulgados num encontro com a Imprensa, a realizar em 22 de Abril nesta sede da A25A.

4 DESPORTO

a GINÁSTICA: Sarau realizado pela Federação Portuguesa de Ginástica, a realizar às 21.30 do dia 24 de Abril, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa. A entrada será livre.

b ATLETISMO: Para indivíduos de ambos os sexos, maiores de 18 anos, terá lugar na manhã do dia 25 de Abril com partida, pelas 10 horas, da Trafaria, uma prova de meia-maratona (I MEIA-MARATONA DE ABRIL) que ligará as duas margens do Tejo e terá a sua chegada junto à sede da A25A.

Entretanto, também da parte da manhã desse dia, disputar-se-ão as «Corridas da Liberdade», para jovens de ambos os sexos de idades inferiores a 18

anos que, partindo de locais distintos da cidade, consoante o seu escalão etário, terminando as suas provas na Praça do Império.

c CICLISMO: Disputar-se-ão na manhã de 25 de Abril duas provas:

Uma destinada a Seniores A e B, com partida de Santarém (junto à EPC) cerca das 9 horas da manhã e com chegada junto à sede da A25A. A outra, destinada a Júniores, terá o seu início em Mafra (junto à EPI), cerca das 10 horas e 30 minutos e com chegada também junto à sede da A25A.

d JUDO: Exibições várias na zona de chegada da Meia-Maratona.

e BRIDGE: Torneio a realizar nas instalações do Clube Militar Naval, em 12 de Maio de 1984.

5 EXPOSIÇÕES: Estão organizadas, em associação com diversas entidades, as seguintes exposições:

a BIBLIOGRÁFICA: a realizar na Faculdade de Letras de Lisboa.

b ARTES PLÁSTICAS E FOTOGRAFIA: a realizar na Sociedade Nacional de Belas Artes.

c MEDALHÍSTICA, NUMISMÁTICA E FILATELIA: a realizar no Clube Militar Naval.

d ARTES PLÁSTICAS: a realizar em Lagos. Será basicamente constituída pelo trabalho colectivo realizado em Santarém, no convívio dos militares de Abril, por ocasião do VIII aniversário do 25 de Abril.

e PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA: constituída pelos trabalhos recebidos no âmbito da iniciativa patroci- nada pela A25A, incluída nas comemorações do X Aniversário do 25 de Abril, em 2 de Maio na sede da ADFA.

f Criação de um ESPAÇO ABERTO À LIVRE INICIA- TIVA CULTURAL E ARTÍSTICA, em Lisboa.

A pormenorização destas iniciativas, globalmente designadas por «EXPOSIÇÕES», será difundida numa conferência de imprensa específica a realizar às 18H30 do próximo dia 18 de Abril, na Sociedade Nacional de Belas Artes.

6 LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS: Evocação a realizar em Caxias, às 18H00 de 26 de Abril, e em Peniche às 18H30 de 27 de Abril. Organizada com a colaboração de uma comissão de ex-presos políticos e resistentes.

7 ALMOÇO COMEMORATIVO: a realizar em Lisboa no dia 28 de Abril. A sua participação será aberta aos sócios e apoiantes da A25A e respectivas famílias, será igualmente aberta a todos os militares do Q.P. e ex-militares de Abril, mesmo que não sócios ou apoiantes da A25A.

8 ESPECTÁCULO: grande espectáculo de animação cultural, realizar-se-á no Coliseu dos Recreios às 21H30 de 28 de Abril. Os bilhetes terão um preço simbólico, destinado à cobertura das despesas, e serão postos à venda na sede da A25A e nas bilheteiras do Coliseu dos Recreios.

9 MEDALHA, CARTAZES, AUTO-COLANTES: Já elab- orados, serão divulgados assim que produzidos.

DIA 14 DE ABRIL NO PORTO

REALIZADA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

• APROVADO O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL E RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL.

• FIXAÇÃO DA QUOTA EM 80\$00 A PARTIR DE JANEIRO DE 1985.

Decorreu na maior normalidade a Assembleia Geral Nacional Ordinária da Associação, que teve lugar no passado dia 14 de Abril no anfiteatro do Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto. O número de participantes não foi elevado, registando-se a presença de 100 associados.

Reunindo obrigatoriamente para a aprovação dos relatórios e contas relativos a 1983, a Assembleia deliberou ainda sobre a actualização de quotas para 1985 e apreciou as diligências em curso sobre as reivindicações da Associação para 1984, definidas na última Assembleia Geral Nacional Extraordinária.

A Assembleia aprovou o relatório do Conselho Nacional e o relatório e contas da Direcção Central, bem como o parecer do Conselho Fiscal Central.

Devido a dificuldades de espaço, não nos é possível publicar aqui todos estes documentos. Publicamos parte do relatório da Direcção e dois quadros das Contas, estes na página 12. Os restantes elementos serão publicados no próximo número de o «Elo».

As contas completas, bem como os relatórios e parecer do Conselho Fiscal Central vão ser encadernados para de seguida serem, nos termos da lei, enviados à Presidência do Conselho de Ministros. Essa encadernação será ainda enviada, conforme tem sucedido nos outros anos, ao Ministério da Defesa Nacional e outros departamentos ligados aos problemas dos deficientes.

Depois de aprovados os relatórios e as contas, a Assembleia aprovou uma proposta da Direcção Central sobre a actualização das quotas para 1985.

Conforme deliberado pela última Assembleia Geral Nacional Extraordinária, as quotas

serão actualizadas anualmente na Assembleia Geral Nacional Ordinária, produzindo essa actualização efeitos a partir do dia 1 de Janeiro do ano seguinte.

Assim, conforme deliberação da Assembleia do dia 14 de Abril, a quota para 1985 ficou fixada em 80\$00 mensais.

A proposta aprovada refere: «Considerando a necessidade de se efectuar uma actualização suave e progressiva das quotizações dos sócios; considerando que as pensões vão ser actualizadas na mesma proporção em que o foram os vencimentos na função pública, isto é, na ordem dos 16%; propõe-se que a quota para 1985 sofra um aumento de 10\$00, cerca de 14,3% do seu valor actual, passando a ser de 80\$00 por mês, a partir de 1/1/85.

O último ponto da ordem de trabalhos dizia respeito às reivindicações da ADFA definidas pela Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 14 de Janeiro. Este ponto da ordem de trabalhos surgiu, aliás, por determinação dessa mesma Assembleia Geral.

Depois de a Direcção Central ter feito o ponto da situação sobre as diligências que têm vindo a ser efectuadas, nomeadamente contactos com as entidades responsáveis, a Assembleia apreciou três propostas sobre atitudes a tomar no futuro e que vinham alterar substancialmente o tipo de reivindicações já definidas. Todas estas propostas foram rejeitadas pela Assembleia, não chegando, pois, a ser tomada qualquer deliberação sobre este assunto.

Os trabalhos, que se tinham iniciado às 14.30, foram dados por encerrados às 19.45 horas.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL RELATIVO A 1983

I — PREÂMBULO

Na passagem do Décimo Aniversário que decorre durante o ano em curso, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, tem consciência do importante papel que após o 25 de Abril vem desempenhando na sociedade portuguesa, tanto na mudança de mentalidades, quanto ao modo como é encarado o deficiente, como no factor catalizador que faz de cada deficiente sujeito activo da sua própria reabilitação.

Deste novo entrosamento, deficiente/sociedade, a ADFA soube retirar os ensinamentos e o dinamismo suficientes, que fazem hoje dela, a maior Associação de Deficientes em Portugal, e que as actividades desenvolvidas durante o ano de 1983, cabalmente demonstram.

Apesar da dispersão da ADFA pelas suas 12 Delegações, que vão de Bragança aos Açores, a conjugação de esforços em torno dos objectivos estatutários tem sido perfeita, tendo-se conseguido durante o ano de 1983, conciliar os interesses regionais, com a premência dos objectivos nacionais, que passaram, nomeadamente pela uniformização dos métodos de gestão económico-financeiro e de pessoal, o que decorreu do pleno funcionamento dos órgãos estatutariamente eleitos.

As diferenças de opinião, sempre benéficas, e até mesmo as polémicas foram objecto de análise e resolvidas nos órgãos competentes, numa demonstração de maturidade associativa, onde cada um assume as suas responsabilidades, dentro das regras maioritariamente aceites pela massa associativa.

O acto eleitoral, que decorreu em 18/6/83, demonstrou, mais uma vez, que a ADFA está viva e que os Deficientes das Forças Armadas não alienam o seu direito à participação, transformando aquele acto eleitoral numa grande jornada de militância associativa, nas eleições mais participadas de sempre, reafirmando, inequivocamente, o projecto de independência político-partidário da ADFA, num figurino avançado, esclarecido, e onde as mãos para lutar são as nossas próprias mãos. Mercê desse esforço persistente, conseguimos em 1983 a aplicação das ADMs, que vão dar resposta a uma das grandes lacunas que persistiam no campo legislativo, em matéria de obrigações que o Estado deve, aos que, durante o serviço militar, se deficientaram. Mas se esta conquista foi um grande passo dado no campo legislativo, importa, também realçar os esforços junto do Ministério da Defesa Nacional, nomeada-

mente, para a reposição da CMRA, promulgação dos decretos que permitem a acumulação de pensões, limite máximo da acumulação da pensão de invalidez com o vencimento respectivo, a extensão dos direitos dos DFA aos deficientes militares qualificados em serviço e as Leis dos Grandes Deficientes e dos Deficientes Mentais.

A filiação da ADFA na Federação Mundial dos Antigos Combatentes e vítimas de Guerra, em 24 de Outubro de 1982, foi assumida em pleno pela nossa Associação, com a vinda a Portugal, em Setembro de 1983, do Secretário Geral da FMAC, Serge Wourgaft, tendo-se assim, aberto definitivamente o espaço internacional da ADFA, acrescido, como é óbvio, de responsabilidades, como será a organização em Portugal da reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, que se efectuará no primeiro trimestre de 1985, missão esta, que nos foi acometida na reunião da CPAE, realizada em Altman, RFA, em Janeiro do corrente ano.

Também pela primeira vez na história da ADFA foi divulgada junto dos órgãos de soberania, comunicação social e opinião pública em geral, a posição da Associação, quanto às grandes questões da Paz e do Desarmamento, afirmadas dentro do espírito e posições assumidas pela FMAC.

No final do ano de 1983, foram ainda desencadeados os preparativos para a vinda a Portugal do Presidente do Fundo Mundial de Reabilitação, visita essa que se concretizou já durante o ano de 1984, e que abrirá, decerto, novas perspectivas no campo da reabilitação dos deficientes motores, enquadradas na realidade que, é já hoje, o Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação da ADFA no Porto, e futuros Centros de Évora e Ponta Delgada.

A luta persistente da ADFA pela alteração da lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, imposta pelo Decreto-Lei n.º 355/82, de 6 de Setembro, foi uma constante durante o ano de 1983.

A coerência da ADFA na posição assumida quanto à revisão da lei orgânica, reflectiu-se directamente na substituição do Secretário Nacional de Reabilitação, em 12/10/83, tendo, assim, sido criadas as condições para a reposição do poder deliberativo do Conselho Nacional de Reabilitação, o que ocorrerá durante o corrente ano, tendo a ADFA participado activamente com a emissão de pareceres que lhe têm sido solicitados.

Na questão do associativismo, não descaramos na defesa

da génese autónoma e catalizadora da força real que tem o movimento dos deficientes portugueses, e que continua adornada por, teimosamente, se apostarem em soluções erradas, que na prática já desmontaram, servirem apenas para gáudio das cúpulas dos que se dizem representantes do milhão de deficientes portugueses.

Ainda na sequência desta filosofia, e no intuito de continuar a manter boas relações de trabalho com as várias Associações de deficientes, desenvolveram-se os contactos, im-

tração da capacidade de resposta, que passados dez anos depois da sua criação, a nossa Associação conseguiu com o esforço de todos.

II — ACTIVIDADES INTERNAS

A actividade desenvolvida por todos os órgãos e serviços da ADFA procurou satisfazer as necessidades dos seus associados desde a inscrição, passando por todo o tipo de informações e requerimentos e pela

semana não se podem dirigir à ADFA, tal como acontece na manhã do 1.º sábado de cada mês, na delegação do Porto.

c) Em 1983 inscreveram-se como sócios efectivos 434 deficientes, dos quais mais de metade foram inscritos pela Delegação de Lisboa, perfazendo um total de 9799 sócios efectivos, dos quais 7200 pagaram regularmente as suas quotas.

d) Para elaboração de 7503 cartões das ADMs houve que analisar e compilar milhares de documentos, sobressaindo as acções desenvolvidas pelas delegações de Lisboa, Viseu e Castelo Branco.

e) A Companhia de Seguros «A Social» não pode continuar a praticar as condições em que foram realizados os seguros do ramo automóvel para os sócios da ADFA devido a instruções recebidas do Instituto de Seguros de Portugal, no entanto foi subscrito pela ADFA, em colaboração com a Fidelidade Grupo Segurador e a Caixa Geral de Depósitos, um contrato especial para os sócios da ADFA que lhes permite o acesso ao crédito para habitação com um seguro de vida-grupo economicamente mais vantajoso, bem como um contrato de seguro vida-grupo, para qualquer associado, também em condições bastante económicas.

f) A ADFA é sócio colectivo da Cooperativa Militar podendo os sócios deslocarem-se a este estabelecimento, onde poderão beneficiar das regalias aí estabelecidas.

g) A delegação de Viseu criou uma cantina para venda de produtos alimentares, electrodomésticos, móveis e material de campismo.

h) A delegação do Porto criou uma cantina para serviço de bar e refeições, para os sócios e para os utentes dos serviços, cujo custo final foi de 2500 contos, sendo subsidiada pelo Centro Regional de Segurança Social do Porto.

i) Algumas delegações obtiveram do comércio local, descontos especiais para os associados da ADFA.

j) Continuaram os esforços tendentes à criação de uma Cooperativa de Habitação Económica que possa dar resposta aos problemas de acesso à habitação por parte de mais de uma centena de sócios residentes no norte do País.

k) O Secretariado para os Assuntos Jurídicos sofreu uma redução no seu horário, passando a funcionar apenas durante a manhã desenvolvendo o trabalho normal de expediente (ofícios, informações, análise e

selecção de legislação, etc.) e um trabalho de fundo pela análise minuciosa de todos os Diários da República (a partir de 1975) com o fim de actualizar os diplomas com interesse para a ADFA e organizar simultaneamente um ficheiro de legislação que permita uma consulta o mais completa e fácil possível.

O Consultor Jurídico continuou a prestar todo o apoio jurídico solicitado pela Direcção Central e pelas Delegações produzindo além de diversas informações orais, 14 pareceres escritos. Além disso concedeu 96 consultas sobre informação jurídica a associados, nas 2 audiências semanais que vem mantendo.

Alguns recursos para o Supremo Tribunal Administrativo foram ainda acompanhados pelo dr. Alfredo Gaspar, anterior consultor jurídico da ADFA transitando no final do ano para a responsabilidade do dr. José Monteiro, bem como 2 processos civis e 2 de trabalho.

l) No âmbito da assistência social foram atendidos numerosos associados carenciados, fundamentalmente com problemas de habitação, com necessidades de internamento e de assistência médica e de pedidos de auxílio relacionados com a situação de alguns sócios africanos.

O Fundo de Assistência Social da ADFA conterplou 43 sócios no montante global de 69 170\$00.

O Subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian para aquisição de viatura própria ou triciclos motorizados para grandes deficientes foi distribuído por 11 sócios no valor global de 260 500\$00.

Com o apoio da Delegação de Évora foram conseguidos empréstimos/subsídios para 4 associados e 2 deficientes civis no montante de 400 000\$00 cada, no Centro de Emprego de Évora para desenvolverem actividades profissionais conduzentes com as suas deficiências.

Um associado recebeu um subsídio de 18 000\$00 para ajudar a custear as despesas decorrentes da sua assistência a um congresso em Paris, subordinado ao tema «Deficiência e Sexualidade».

m) Verificou-se um decréscimo na utilização do apoio directo que os associados vêm usufruindo em Lisboa no campo da assistência médica e medicamentosa, talvez pela entrada em vigor da aplicação das ADMs, realizando-se no entanto 181 consultas de Clínica Geral e Psiquiatria, 31 de Estomatologia e foram passadas 27 credenciais para consultas de especialidades diversas.

(Continua na pág. 11)



Aspecto da Assembleia Geral Nacional Ordinária no Porto

primaram-se discussões e realizaram-se reuniões sobre a problemática dos deficientes.

Também neste âmbito, desenvolveu-se o esforço para a sensibilização da criação da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, junto das associações congéneres e outras entidades.

No domínio da sensibilização da opinião pública, efectuou-se, no ano de 1983, um esforço importante junto dos órgãos de comunicação social, nomeadamente, a RTP e a RDP, e contactos quase constantes junto dos jornais diários e semanários.

A actuação multi-facetada da ADFA, tanto ao nível interno como externo, é bem a demons-

tração de condições que ajudem a resolver muitos dos seus problemas, grangeando assim uma grande aceitação, que leva a que até os deficientes civis se dirijam aos nossos serviços a solicitar informações diversas.

a) Para tratamento dos assuntos associativos produziram-se milhares de ofícios, requerimentos, circulares e fotocópias de que sobressaem pelo seu volume de trabalho, as delegações de Lisboa, Viseu, Porto e Castelo Branco.

b) Na delegação de Lisboa, o serviço de atendimento recebeu em média 40 pessoas por dia, mantendo-se aberto todos os sábados à tarde para receber os associados que durante a

1974 25 ABRIL 1984 1974 25 ABRIL

COMEMORAR ABRIL

Associação 25 de Abril 10.º Aniversário Participação da Criança

Com o 25 de Abril, há dez anos, depois de silenciada pela violência de um regime que nos oprimiu durante quarenta e oito anos, a voz do Povo Português fez-se ouvir e com ela a voz dos deficientes das Forças Armadas, vítimas de guerras coloniais que o regime fascista conduziu à revelia da soberania da Nação. É por isso que comemorar os dez anos de Abril é também comemorar os dez anos da ADF.

Porque a melhor forma de comemorar Abril é manter viva a memória da Revolução de Abril, o ELO publica hoje quatro páginas dedicadas à comemoração da décimo aniversário do 25 de Abril que constituirão o início de uma série de páginas especiais dedicadas ao 25 de Abril e para as quais contamos com a colaboração de todos os sócios.



Fotografia de um mural da Escola Primária da Charneca do Lumiar que a preocupação em «manter brancas» as paredes dos edifícios públicos determinou que fosse apagado pela Câmara Municipal de Lisboa. Esta fotografia vai constituir um dos auto-colantes editados pela Associação 25 de Abril.

G RÂNDOLA, VILA MORENA
TERRA DA FRATERNIDADE,
O POVO É QUEM MAIS ORDENA,
DENTRO DE TI, Ó CIDADE...

JOSÉ AFONSO

A senha despoletadora do pronunciamento militar de 25 de Abril que devolveu ao Povo Português a Soberania da Nação, contém nas suas palavras a marca da transformação do 25 de Abril numa Revolução Popular.

As portas que Abril abriu

Era uma vez um país
onde entre o mar e a guerra
vivia o mais infeliz
dos povos à beira-terra.

Onde entre vinhas sobredos
vales socalcos searas
serras atalhos veredas
lezírias e praias claras
um povo se debruçava
como um vime de tristeza
sobre um rio onde mirava
a sua própria pobreza.

Era uma vez um país
onde o pão era contado
onde quem tinha a raiz
tinha o fruto arrecadado
onde quem tinha o dinheiro
tinha o operário algemado
onde suave o ceifeiro
que dormia com o gado
onde tossia o mineiro
em Aljustrel ajustado

onde morria primeiro
quem nascia desgraçado.
Era uma vez um país
de tal maneira explorado
pelos consórcios fabris
pelo mando acumulado.
pelas ideias nazis
pelo dinheiro estragado
pelo dobrar da cerviz
pelo trabalho amarrado
que até hoje já se diz
que nos tempos do passado
se chamava esse país
Portugal suicidado.

Foi então que Abril abriu
as portas da claridade
e a nossa gente invadiu
a sua própria cidade.

Disse a primeira palavra
na madrugada serena
um poeta que cantava
o povo é quem mais ordena.

E então por vinhas sobredos
vales socalcos searas
serras atalhos veredas
lezírias e praias claras
desceram homens sem medo
marujos soldados «páras»
que não queriam o degredo
dum povo que se separa.

E chegaram à cidade
onde os monstros se acoitavam
era a hora da verdade
para as hienas que mandavam
a hora da claridade
para os sóis que despontavam
e a hora da vontade
para os homens que lutavam.

Em idas vindas esperas
encontros esquinas e praças
não se pouparam as feras
arrancaram-se as mordanças
e o povo saiu à rua

com sete pedras na mão
e uma pedra de lua
no lugar do coração

[... ..]

De tudo o que Abril abriu
ainda pouco se disse
um menino que sorriu
uma porta que se abrisse
um fruto que se expandiu
um pão que se repartisse
um capitão que seguiu
o que a história lhe predisse
e entre vinhas sobredos
vales socalcos searas
serras atalhos veredas
lezírias e praias claras
um povo que levantava
sobre um rio de pobreza
a bandeira em que ondulava
a sua própria grandeza!
De tudo o que Abril abriu

ainda pouco se disse
e só nos faltava agora
que este Abril não se cumprisse.
Só nos faltava que os cães
viesses ferrar o dente
na carne dos capitães
que se arriscaram na frente.

Na frente de todos nós
povo soberano e total
que ao mesmo tempo é a voz
e o braço de Portugal.

Excertos do poema:

«As portas que Abril abriu»
de Ary dos Santos

Editorial Comunicação, Lisboa

EMISSÃO FILATÉLICA

ASSINALA 25 DE ABRIL



O selo emitido pelos CTT

A emissão no próprio dia 25 de Abril, de um selo comemorativo do 10.º Aniversário do 25 de Abril mostra como a coleção de selos de um país permite o acompanhar da sua História.
Dado o valor do texto do Dr. Francisco de Sousa Tavares publicado na pagela dos CTT, aqui reproduzimos o mesmo.

10.º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974

Mais do que uma revolução económica e social, a revolução do 25 de Abril de 1974 integrou-se num tipo de revolução pouco frequente na história, a que poderíamos chamar de revolução moral e política. Porque constituiu acima de tudo um movimento de restauração de direitos e de legitimidade do poder.

A situação política derrubada pela revolução de 25 de Abril — o chamado Estado Novo — caracterizava-se pela inexistência dum direito constitucional digno desse nome, e pelo exercício discricionário do poder através de um processo autocrático, sem intervenção real dum elemento de soberania e de legitimação colectivas. Constituíra assim uma longa ditadura — 48 anos — caracterizada pelo poder pessoal, com supressão total dos direitos políticos do cidadão português. E como todas as situações de poder autocrático, substituiu a legitimidade pela força, e a intervenção da vontade do povo pela supressão das liberdades, nomeadamente a liberdade de pensamento e de opinião, e a liberdade fundamental da crítica e da oposição políticas.

O desenvolvimento social do povo português, herdeiro duma cultura notável e dotado de uma maturidade política forjada em oito séculos de unidade e independência da nação, não se coadunava com um sistema de governo que buscava os fundamentos do poder na repressão do pensa-

mento livre e da opinião pública, através da censura e na ofensa da cidadania e dos direitos únicos pelos métodos de repressão de uma polícia política omnipresente e poderosa.

Simultaneamente essa concepção atrasada do Estado reflectia-se no atraso da economia e do desenvolvimento social e mantinha Portugal em recuo crescente, em relação aos níveis de civilização das nações integradas no mesmo universo cultural e histórico. Portugal deixava pouco a pouco de ser uma nação europeia, marginal aos valores da democracia política, do Estado de Direito e da defesa dos direitos humanos, que constituem o orgulho da Europa e caracterizam a forma mais desenvolvida da vida em sociedade.

O prolongamento indefinido da guerra colonial, ultrapassada pela história e pela consciência dos povos, posta em causa pelo próprio magistério cristão em documentos como a «Pacem in Terris», foi o detonador duma consciência colectiva de revolta, por fim transmitida às forças armadas da Nação.

A revolução militar do 25 de Abril foi assim um movimento profundamente nacional, de restauração do direito político, da legitimidade do poder e da liberdade do povo, em que as forças armadas souberam assumir o profundo e justo desejo nacional de viver em paz e democracia.

DR. FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

1974 25 ABRIL 1984 1974 25 ABRIL

1974

25 ABRIL

1984

1974

25 ABRIL

ENTREVISTA DE MELO ANTUNES

- A guerra colonial esteve na origem da consciência política dos militares de Abril
- Portugal deve o seu reconhecimento e agradecimento público aos deficientes e vítimas da guerra colonial
- O 25 de Abril foi uma acção colectiva
- A liberdade é um bem inestimável

Pela sua participação na elaboração de documentos fundamentais e em tomadas de posição que marcaram a evolução do Movimento das Forças Armadas e a evolução da vida política portuguesa nos seus últimos dez anos, desde o desencadear da Revolução de Abril, Melo Antunes não só converteu em palavras as ideias que pairaram no espírito de muitos militares, mas também terá sido inspirador fundamental no evoluir das ideias que se materializaram em orientações sociais e políticas.

Num gesto de abertura à ADFa através do jornal ELO, Melo Antunes concedeu-nos uma entrevista esclarecedora sobre a sua posição face aos deficientes das Forças Armadas, talvez aqui expressa pela primeira vez com particular veemência, sobre a sua participação pessoal no eclodir do 25 de Abril e sobre aspectos da vida política portuguesa actual e nos seus últimos dez anos. Também as relações internacionais mereceram especial atenção, dado o próprio facto de Melo Antunes ter sido ministro dos Negócios Estrangeiros no IV e no VI governos provisórios.

Considerado como um militar político, no sentido de possuidor de uma formação política válida e ampla, que não se guia por fontes partidárias, Melo Antunes mostrou-se-nos confiante na evolução democrática da vida portuguesa, não escondendo entretanto a sua ponderação um registo da crise profunda em que Portugal se debate. Dez anos depois de Abril, é preciso continuar Abril.

ENVOLVIDO NO 25 DE ABRIL PARA LIQUIDAR O SISTEMA COLONIAL-FASCISTA

ELO — Quais as razões mais fortes do seu envolvimento pessoal no Movimento das Forças Armadas que conduziu ao 25 de Abril?

MELO ANTUNES — É uma pergunta surpreendente para mim, posta assim de forma tão pessoalizada.

Eu creio que a motivação fundamental que me animou, em 1973-74, a participar em todas as acções conspiratórias, que conduziram ao 25 de Abril, foi a minha convicção profunda de que era absolutamente indispensável para o futuro do nosso País acabar com o regime então existente, liquidar o sistema colonial-fascista, terminar com a guerra colonial, tentar resolver politicamente o problema das colónias e resolver o problema do regime, em termos da instauração da democracia. Democracia que deixasse plenas possibilidades aos portugueses de escolherem um destino diferente em termos de progresso, de bem-estar, em termos de uma sociedade profundamente transformada.

Portanto, as minhas motivações foram essencialmente de natureza política geral, que tinham que ver com a minha convicção profunda que era absolutamente indispensável mudar o regime, transformar o país e dar aos portugueses um novo destino.

ELO — Qual foi a primeira reunião do MFA em que esteve empenhado activamente?

MELO ANTUNES — Embora não tenha a memória exacta da data, posso dizer-lhe que a minha primeira intervenção, em termos de reunião de oficiais do Movimento das Forças Armadas, foi em meados de Janeiro de 1974. Numa reunião que decidi, digamos, a primeira intervenção em termos políticos do MFA, pois foi a reunião em que se decidiu a elaboração de um documento, que acabou por ser intitulado o «Movimento das Forças Armadas e a Nação», para a redacção do qual fui designado como um dos responsáveis.

É a partir dessa reunião, que me parece, que o Movimento adquire uma consciência política, indispensável para a intervenção que acabou por ter. O Movimento ter-se-ia limitado a um mero movimento reivindicativo, do tipo corporativo, de natureza profissional, se não tivesse adquirido essa consciência política.

DA GUERRA COLONIAL NASCEU A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO 25 DE ABRIL

ELO — Em relação à tomada de consciência política pelo MFA, quais foram as raízes mais importantes? Como passámos da ideia das Forças Armadas «apolíticas» a um movimento das Forças Armadas de natureza política, sobretudo no seu eclodir final?

MELO ANTUNES — Hoje, com a distanciação histórica que dez anos nos podem dar, penso que o factor determinante para uma consciencialização dos oficiais, participantes no movimento que veio a dar origem ao 25 de Abril, foi a guerra colonial.

A guerra colonial veio, efectivamente, ao longo de treze anos, imprimindo na maioria dos oficiais, obrigados a participar nessas guerras, a ideia de que, cada vez mais, Portugal se colocava numa posição moralmente insustentável, politicamente inaceitável. Do ponto de vista militar, era cada vez mais duvidoso, que nos conduzíssemos para uma saída minimamente honrosa para as nossas Armas. Este conjunto de factores foi conduzindo a dúvidas cada vez mais fundas no espírito dos oficiais, sobretudo entre aqueles que tiveram de repetir, por diversas vezes as suas comissões em África. Oficiais que enfrentaram a própria realidade africana, que reconheceram no terreno as profundas injustiças, marcantes do sistema colonial.

Assim, a partir da guerra colonial, foi-se gerando um sentimento de insatisfação, um sentimento de revolta, que acabaram por alastrar aos outros aspectos da vida portuguesa, fazendo nascer no espírito de certos oficiais a dúvida, bastante fundamentada, sobre o papel que as Forças Armadas desempenhavam no interior do regime. A questão de saber se as Forças Armadas eram, de facto, um sustentáculo do regime fascista acabou por perturbar a consciência de muitos oficiais, e acabou por levar muitos deles a considerarem a única saída honrosa para as Forças Armadas: elas próprias acabarem com um regime, de que parcialmente eram responsáveis, e abrirem, a partir daí, novas perspectivas para o Povo Português.

O 25 DE ABRIL FOI UMA REVOLUÇÃO POPULAR

ELO — Como é publicamente reconhecido e pela sua intervenção na elaboração de diversos documentos fundamentais, teve um papel determinante no MFA, sobretudo ao nível da orientação ideológica e política. Hoje, teria desenvolvido a sua acção nos mesmos moldes, teria participado na elaboração dos documentos referidos da mesma maneira?

MELO ANTUNES — Creio que sim. Não vejo razão nenhuma para, dez anos depois, não reconhecer que aquilo que fiz era o que devia ter feito. Penso ter sido historicamente comprovado ter desenvolvido uma acção justa, uma acção correcta.

Talvez tivesse podido fazer mais e fazer melhor mas, pelo menos, aquilo que fiz pareceu-me corresponder, de facto, às grandes aspirações e às grandes necessidades, sentidas pelo Povo Português no seu conjunto, e não só pelas Forças Armadas.

A acção em que me envolvi, juntamente com os outros camaradas, diga-se, entre parêntesis, que não há uma acção especial relevante da minha parte, o 25 de Abril é fundamentalmente uma acção colectiva, aquilo que fiz, em conjunto com os outros camaradas, parece-me ter sido justo, ter correspondido àquilo que o Povo Português ambicionava. Talvez pudesse ter sido feito mais, mas o que foi feito, foi justo.

Eu aproveitaria para acrescentar o seguinte, como se sabe, hoje em dia, nos dias que estão a decorrer agora, por ocasião do 10.º Aniversário do 25 de Abril, existem iniciativas de comemoração, que foram de origem governamental, entre elas a criação de uma Comissão de Honra e de uma Comissão Executiva para comemorarem o 25 de Abril e foi dito, publicamente, que um dos objectivos dessas comemorações era homenagear os militares, visto que a Revolução do 25 de Abril foi uma revolução eminentemente militar. A revolução, embora tendo sido conduzida pelos militares, teve que ver fundamentalmente com os anseios fundamentais do Povo Português, os militares estavam profundamente identificados com o Povo Português para poderem ter feito a Revolução que fizeram e ter, logo de entrada, o apoio que tiveram da generalidade da população portuguesa. Pessoalmente, recuso claramente a ideia de confinar as comemorações, dando-lhe um carácter eminentemente militar e de homenagem aos militares que fizeram a Revolução.

Foi uma Revolução que teve que ver com todo o Povo Português, e isso ficou claramente demonstrado nas ruas, em Portugal, passadas as primeiras horas do pronunciamento militar. Tentar esquecer isso, hoje, é tentar reduzir as dimensões, as proporções do 25 de Abril, não lhe dando o carácter nacional que a data deve ter.

MILITARES DE ABRIL DISCRIMINADOS

ELO — Sobre as comemorações do 25 de Abril, não considera que os capitães de Abril, ou os oficiais mais envolvidos, estão hoje a ser marginalizados, ou pelo menos esquecidos?

MELO ANTUNES — Penso que há uma claríssima discriminação por parte do governo, do poder político em geral, relativamente aos principais protagonistas da revolução, isto é, àqueles que tiveram a iniciativa histórica de desencadear o movimento que acabou por ter as características de revolução popular que eu já referi. Isso é devido a causas muito complexas, que não desejaria aqui analisar. Mas aproveito para dizer que os militares do 25 de Abril,

aqueles que foram mais directamente responsáveis pela iniciativa histórica do 25 de Abril não sentem, penso eu, qualquer espécie de necessidade de serem objecto de algumas homenagens especiais. O que pensam, e isso foi dito inclusivamente pelos responsáveis da Associação 25 de Abril, é que não se pode passar uma esponja sobre a História, como se tudo tivesse acontecido sem a sua participação. Desde que o poder político tinha decidido organizar comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, esses militares deviam ter sido ouvidos sobre a forma de organizar as comemorações, sobre o sentido que elas deviam ter, sobre o seu conteúdo.

Não se trata de os militares quererem ser objecto de homenagem, creio que demonstrámos ao longo deste tempo que não temos qualquer espécie de ambição nem de avidez, seja pelo que for, nem por cargos, nem por funções, nem por funções especiais, mas achavam os militares do 25 de Abril que a sua opinião devia ser ouvida e escutada para a organização dessas mesmas comemorações. Ora o Gover-

ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS DE MELO ANTUNES

Ernesto Augusto Melo Antunes, tenente-coronel do Exército, nasceu no ano de 1933, em Lagos.

Promovido a major em 1972, participou activamente no movimento do 25 de Abril, tendo pertencido à Comissão Coordenadora que elaborou o Programa do MFA.

Após o 25 de Abril fez parte do Conselho de Estado e do Conselho dos Vinte, e foi ministro sem pasta do II e III Governo Provisórios e ministro dos Negócios Estrangeiros do IV e do VI.

Responsável pelo plano Económico-Social (aprovado em Fevereiro de 1975), inspirador do Documento dos Nove o co-autor do Pacto MFA-Partidos, teve assim um papel preponderante na orientação e evolução ideológico-política das Forças Armadas e da Revolução de 25 de Abril.

Membro do Conselho da Revolução, desde Março de 1975 até Outubro de 1982, foi presidente da Comissão Constitucional desde Junho de 1976 até Março de 1983.

Conselheiro pessoal do Secretário-Geral da UNESCO, é actualmente Conselheiro de Estado.

no, ao invés, decidiu organizar essas comemorações, baseando-se em critérios de escolha de personalidades e organização de iniciativas, que nós à partida contestamos bastante.

Portanto, parece-nos que há aqui um propósito deliberado de estabelecer um divórcio entre os militares do 25 de Abril e a população em geral, o que não podemos aceitar de bom grado.

PAPEL DOS DEFICIENTES E VÍTIMAS DA GUERRA COLONIAL NO DESENCADAR DO 25 DE ABRIL

ELO — Em que medida o conhecimento das vítimas da Guerra Colonial, tanto deficientes como mortos, teve um papel no desencadear da consciência política e do movimento que levou ao 25 de Abril?

MELO ANTUNES — É evidente que para nós, os militares que participamos activamente nas guerras coloniais, mais do que ninguém, fomos tocados, fomos sensibilizados pelo facto de jovens portugueses terem morrido ou terem ficado mutilados e inutilizados para a vida activa por uma guerra que era fundamentalmente injusta e inútil. É evidente que nós militares nunca pusemos em causa a necessidade de defender a Pátria, quando isso fosse necessário, o que estava em causa era tratar-se de uma guerra sem sentido, ou de guerras sem sentido, pela própria natureza injusta dessas guerras, não permitindo sequer o poder político de então encontrar as soluções mais adequadas para a resolução do problema colonial. Daí que os militares profissionais, de carreira, fossem os primeiros a serem profundamente afectados pelo espectáculo doloroso de tantos milhares de jovens portugueses que ficaram para sempre marcados nessas guerras.

A NAÇÃO DEVE RECONHECIMENTO PÚBLICO ÀS VÍTIMAS E DEFICIENTES DA GUERRA COLONIAL

ELO — Dada a situação ainda grave de muitos deficientes e vítimas da guerra colonial, acha que a mesma guerra já foi plenamente assumida pela Nação?

MELO ANTUNES — Penso que não. Infelizmente as coisas são como são, creio que há um certo esquecimento e, seja de que maneira for, mesmo tratando-se de guerras que

1974

25 ABRIL

1984

1974

25 ABRIL



Revolução e o projecto de decreto-lei sobre os grandes deficientes aprovado pelo CR foi depois congelado pelo governo de então e sucessivos, considera ter havido da parte do CR a necessária sensibilidade, abertura e firmeza, no concernente às questões dos deficientes das Forças Armadas?

MELO ANTUNES — Penso que sensibilidade havia. Por parte de todos os elementos, sem excepção, que compunham o CR havia todo o interesse em que as questões justas, relativamente aos deficientes das Forças Armadas, fossem resolvidas. Mas não podíamos evitar, por um lado as dificuldades de legislar que eram decorrentes da própria complexidade do processo e, por outro lado, não podíamos evitar o facto de a nossa responsabilidade ser uma responsabilidade partilhada pelos governos.

Não tínhamos a capacidade de poder decidir por nós próprios sobre uma questão em que o Governo tinha também que se pronunciar, e daí a dificuldade, portanto, de se encontrarem soluções adequadas e num tempo próprio. Mas posso garantir que por parte do CR havia não só sensibilidade como vontade política para encontrar soluções adequadas.

A LIBERDADE É UM BEM INESTIMÁVEL

ELO — O 25 de Abril valeu a pena. Hoje, poderemos registar as principais conquistas do 25 de Abril, a mudança que os capitães de Abril imprimiram à nossa História, e avistar as expectativas ainda por satisfazer e alcançar?

MELO ANTUNES — O 25 de Abril trouxe coisas muito importantes para o Povo Português, penso que a liberdade é um bem inestimável e os direitos civis e políticos são conquistas extremamente importantes para o Povo Português, o vivermos em Democracia é uma conquista que devemos defender a todo o custo. Mas, obviamente, muitas coisas ficaram por fazer, muitas coisas estão por fazer. Toda a gente tem a noção hoje, seria ridículo estar a escondê-lo, de que o povo português vive com imensas dificuldades, que atingem quase todas as classes e camadas da população portuguesa. Vive-se numa crise de proporções bastante inquietantes, no plano económico-financeiro e no plano social. É necessário, obviamente, encontrar resposta para esses problemas, sem pôr em causa a democracia mas precisamente, uma das coisas que o 25 de Abril nos trouxe foi a possibilidade de discutir as alternativas possíveis, em liberdade, e de os cidadãos se organizarem da forma como melhor entenderem para encontrar resposta a esses graves problemas.

BALANÇO POSITIVO DA ACÇÃO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

ELO — Em que medida o Conselho da Revolução e a Comissão Constitucional tomaram a defesa das conquistas de Abril?

MELO ANTUNES — O Conselho da Revolução cumpriu no essencial as missões constitucionais que lhe tinham sido atribuídas pela Constituição de 1976. O CR não existia para governar o País, existia como garante fundamental da defesa do espírito da Revolução do 25 de Abril, como garante da defesa da Constituição e do aprofundamento da Democracia. Esse papel foi desempenhado com honra por parte do Conselho da Revolução e penso que a própria Comissão Constitucional fez um trabalho importante no plano da defesa de princípios constitucionais.

O balanço que eu faço do Conselho da Revolução, ao

(Continua na pág. 10)

sejam por mim classificadas de injustas, a verdade é que todos os jovens que nelas participaram, e que acabaram por sofrer na própria carne os efeitos dessa guerra, cumpriram as missões que lhes tinham sido destinadas, cumpriram muitas vezes com heroísmo as missões estritamente militares que correspondiam às funções que desempenhavam. Independentemente da natureza da própria guerra, a Nação deve-lhes o reconhecimento do sacrifício que fizeram, deve-lhes um reconhecimento público tanto àqueles que morreram como àqueles que ficaram fisicamente ou psicologicamente afectados, deve-lhes um agradecimento público pelo facto de terem sido leais servidores da sua Pátria, independentemente do juízo que se faça da natureza das guerras em que estiveram envolvidos.

ELO — É de facto o problema de se saber em que medida estarão os deficientes das Forças Armadas que se deficiaram ao serviço da Nação a serem vítimas de um certo sentimento de cumplicidade em relação à guerra colonial que leva a que as consequências da mesma não estejam a ser assumidas. Dado que não se tratou de uma guerra de resistência, não se situam os deficientes militares entre a contradição de terem lutado por um valor, a defesa da Nação, e a condenação da guerra colonial afectar a justiça do reconhecimento que lhes é devido, estando-se longe do reconhecimento dado noutros países?

MELO ANTUNES — Julgo ter dito o essencial e repito: independentemente da natureza das guerras em que os portugueses estiveram envolvidos durante cerca de treze anos, a verdade é que a Nação deve o reconhecimento e agradecimento a todos os soldados, porque cumpriram honradamente as missões que lhes foram atribuídas. Portanto, são merecedores e credores do agradecimento da Nação.

O PODER POLÍTICO FOI SEMPRE PARTILHADO PELOS CIVIS

ELO — Tendo em conta os poderes que os militares tiveram, não teria sido possível desenvolver uma acção maior em favor das camadas da população mais desfavorecidas, nomeadamente os deficientes?

MELO ANTUNES — Não é possível uma resposta simples. Os militares tiveram uma grande intervenção na vida política portuguesa nos primeiros anos a seguir ao 25

de Abril, mas não detiveram exclusivamente o poder político. Tal poder foi partilhado pelas forças políticas civis, pelos partidos políticos que se organizaram logo a seguir ao 25 de Abril e apareceram como parte do sistema político português.

Os militares tiveram uma intervenção fundamentalmente de garante do processo de democratização da vida pública portuguesa, de garantia de que os valores e os ideais pelos quais se tinham batido no 25 de Abril fossem consolidados, mas o governo do País esteve fundamentalmente nas mãos dos partidos políticos, nos governos de inspiração civil, embora alguns militares neles tivessem participado, nunca o fizeram enquanto militares mas na qualidade de cidadãos.

Não se pode atribuir aos militares do 25 de Abril, nem aos militares a quem o 25 de Abril atribuiu responsabilidades políticas, o facto de não se ter ido mais longe em certas conquistas sociais ou em certos aspectos relativos ao desenvolvimento económico. Há uma responsabilidade global que por todos deve ser partilhada.

HOUVE SENSIBILIDADE NO CONSELHO DA REVOLUÇÃO PARA AS QUESTÕES DOS DEFICIENTES

ELO — Sobre a legislação relativa aos deficientes militares, dado que o decreto-lei sobre as ADMs só foi aprovado numa das últimas reuniões do Conselho da

AUTOMÓVEIS

Os associados interessados em adquirir uma viatura «Ford» podem fazê-lo através do sócio António Bernardes, concessionário da referida marca. Telefone 243 19 51/36 21 67.

ANUNCIE NO «ELO»

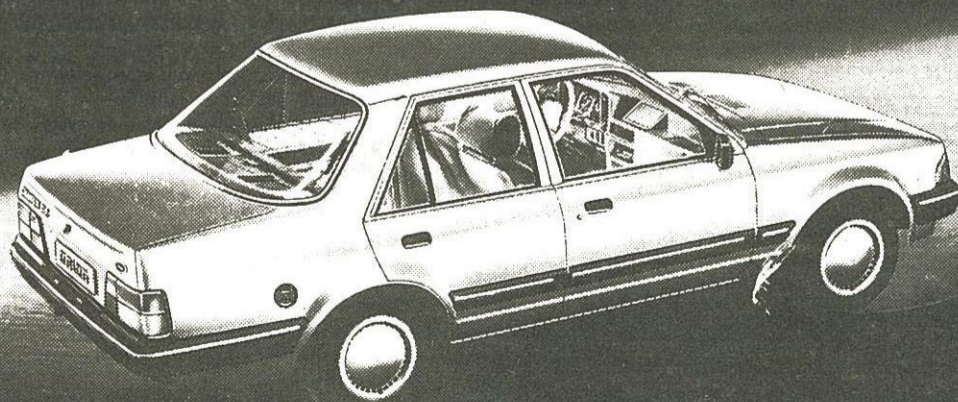
ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 3621 67/8/9
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

ORION



Novo Ford Orion. Moderno em estilo clássico.

ORION. O novo produto Ford. O espaço, o conforto e a performance dos carros grandes, muito dispendiosos. A economia de consumo e manutenção, a facilidade de manobra e o preço de um carro mais pequeno.

- Motores 1 300 e 1 600, c.c., caixa de 5 velocidades.
- Tracção dianteira, suspensão totalmente independente.
- Equipamento de série fora-de-série.

Venha conhecer e experimentar o novo Ford Orion. Estaremos à sua espera!

J. Mendes Coelho, Lda.

RUA ALEXANDRE HERCULANO, 6-A - TELEF. 54 61 47 - 54 61 24 - 1100 LISBOA
RUA SALVADOR ALLENDE, LOTE 3 - TELEF. 94 26 24 - 94 26 35 - 2700 AMADORA
RUA GOMES FREIRE, 7-C - TELEF. 53 98 01 - 1100 LISBOA



1974 25 ABRIL 1984 1974 25 ABRIL

PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

O Programa da Esperança de uma sociedade mais justa

Há 10 anos, no dia 25 de Abril de 1974, despertando de uma longa noite de 48 anos, os portugueses ouviam (na rádio e televisão) o programa do futuro imediato do País.

Era o Programa do Movimento das Forças Armadas, devolvendo a liberdade aos oprimidos e prometendo uma sociedade mais justa aos desfavorecidos. Era um programa de esperança e entusiasmo num dia de festa, num grande dia de unidade dos portugueses, todos sintonizados e apostados na construção do futuro que sempre lhes fora negado.

Das medidas previstas no Programa do Movimento das Forças Armadas, algumas foram de imediato cumpridas, nomeadamente as de carácter político, mas outras, sobretudo de ordem social, ficaram constituindo objectivo distante, ainda hoje, passados 10 anos, não alcançado. Mas trouxeram, desde logo, a esperança a que todos passámos a ter direito e trouxeram a liberdade para podermos lutar pela realização dessa esperança.

Consideramos oportuno, neste 10.º aniversário do 25 de Abril, lembrar aqui o Programa do Movimento das Forças Armadas, revivendo os emocionantes momentos daquele belo dia em que a guerra acabou, o fascismo morreu, nas espingardas floriram cravos e nas almas cresceram sonhos.

Aqui reproduzimos, pois, na íntegra, o texto que os capitães de Abril, hoje já tão esquecidos, redigiram na sua luta clandestina e depois leram à Nação.

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português;

Considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da

grande crise nacional que Portugal atravessa:

A — MEDIDAS IMEDIATAS

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil.

A escolha do Presidente e Vice-Presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e Governadores-Gerais nas

provincias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1) Os Governos-Gerais das provincias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo, até nomeação de novos Governadores-Gerais, pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos correntes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da Juventude. No ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigem;

d) A entrega às forças armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) Medidas que permitam vigilância e «contrôle» rigoroso de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio.

1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão «ad hoc» para «contrôle» da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e saneamento das forças

armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

i) O «contrôle» de fronteiras será das atribuições das forças armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

B — MEDIDAS A CURTO PRAZO

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Vice-Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Chefe do Estado Maior da Armada, Chefe do Estado Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório,

tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigará-se a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com a lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;

1) A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instituídos por juizes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política, e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C — CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Logo que eleitos pela Nação a assembleia Legislativa e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das forças armadas será restringida à sua acção específica de defesa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.

ENTREVISTA DE MELO ANTUNES AO ELO

(Continuação da pág. 9)

longo destes anos, é um balanço altamente positivo. Houve uma acção diária, permanente, bastante importante.

EM REGIME DEMOCRÁTICO, É SEMPRE POSSÍVEL ENCONTRAR SAÍDAS

ELO — Estaremos hoje no autêntico caminho para a saída da crise económica, social e cultural em que Portugal se debate, e a que já se referiu?

MELO ANTUNES — Estamos de facto a viver uma crise muito grave, como já disse. Há a sensação por parte de muitos sectores que o poder político não está a encontrar as soluções mais adequadas para enfrentar essa crise. Há a sensação de um certo bloqueio da política portuguesa que não permite a agilidade suficiente para que se encontrem as soluções concretas mais adequadas à realidade portuguesa, mas eu penso que a esperança não pode morrer por esse facto, visto que em regime democrático é sempre possível encontrar saídas, encontrar soluções alternativas, em termos de projecto político-social, que ofereçam garantias de que os problemas venham a ser resolvidos.

PORTUGAL ESTÁ MERGULHADO NUMA CRISE PROFUNDA

ELO — Em termos de orientação económica, é possível fazer algumas sugestões que sejam uma alternativa para a superação da actual crise?

MELO ANTUNES — Não me compete a mim, no âmbito desta entrevista e neste momento, estar a sugerir as orientações alternativas de política económica.

O que posso dizer é que não me parece que a política

económico-financeira que tem estado a ser seguida, corresponde às carências e às necessidades do Povo Português, nem me parece que elas por si só resolvam a crise profunda em que Portugal está mergulhado. Eventualmente, algumas das medidas tomadas, que têm incidências profundas sobre o nível de vida dos portugueses e que exigem sacrifícios bastante grandes, talvez não pudessem deixar de ser tomadas ou consideradas, dado o estado de degradação da situação económica a que Portugal chegou. Mas não se pode esquecer que, se se chegou a esse estado, foi porque já há alguns anos atrás se vinham praticando políticas económicas e financeiras que conduziram a uma crise como a que vivemos. Há responsabilidades, essas responsabilidades não devem ser esquecidas, embora a nossa atitude hoje deva ser a de criar novos espaços de actuação de forma a vencer a crise actual, mas na perspectiva de que não podemos cair ciclicamente nas crises deste tipo que são normalmente resultado de políticas que têm que ver com os interesses de certos partidos, ou de certos grupos de pressão, ou de certas entidades, ou de certas instâncias políticas, com finalidades eleitorais e outras.

É necessário começar a procurar soluções que tenham que ver com os problemas estruturais da economia portuguesa, e da sociedade portuguesa que a médio e longo prazo sejam capazes de arrancar o país do subdesenvolvimento.

RESPONDER AOS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO

ELO — Conforme o seu discurso de homenagem a Vasco da Gama Fernandes, em que afirmou que «as profundas e rápidas mutações do nosso tempo reclamam uma nova actuação da teoria e da prática da esquerda»,

quais são as principais mutações a que se referia e qual a linha de força para esta nova articulação?

MELO ANTUNES — Penso que claramente entendia que existem mudanças, extraordinariamente significativas, no mundo de hoje resultantes de alterações no plano de funcionamento dos sistemas económicos, no plano das profundas mudanças tecnológicas que incidem no próprio sistema produtivo dos países mais desenvolvidos e mudanças no plano político-cultural que resultam de todo um conjunto de sociedades a sofrerem um profundo processo de transformação, que será claramente visível daqui até ao final do século.

Portugal que continua, mesmo na situação actual, num atraso bastante pronunciado relativamente aos restantes países mais desenvolvidos da Europa corre o risco de ficar ultrapassado de tal maneira por essas mutações de nível económico, social, cultural, tecnológico, que fique irremediavelmente colocado na periferia desse processo de mutação, a tal ponto que não lhe reste, dentro de alguns anos, senão uma situação total de dependência, de colonizado pelos países mais desenvolvidos, pondo-se em causa a questão da própria independência. Daí a necessidade de se saber, ainda nesta década, de articular o poder político em Portugal com as necessidades da própria sociedade em transformação de maneira a responder aos desafios do nosso tempo, que são bastante diferentes daqueles que se punham na década anterior.

A NOVA ORDEM ECONÓMICA MUNDIAL

ELO — Para além desta relação entre Portugal e a Europa, hoje, a nível internacional, haverá um caminhar

(Continua na pág. 13)

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL RELATIVO A 1983

(Continuação da pág. 11)
do da transferência dos seus serviços para a cantina.

Na delegação de Lisboa, o bar/refeitório continuou a ser um centro de convívio e confraternização apesar das poucas condições de comodidade que oferece, procurando-se no entanto aumentar a prestação de serviços alargando o seu horário de funcionamento até às 20 horas.

Para além do serviço de cafetaria foram servidas 16500 refeições 11000 das quais a sócios e trabalhadores da ADFA que foram subsidiadas pela Sede no montante de 578000\$00.

Também preparou o jantar de convívio que ocorreu durante as comemorações do 9.º aniversário

do Jornal «ELO», um almoço aquando da visita do secretário-geral da FMAC, com esta personalidade, a Direcção-Central e restantes órgãos sociais e com os trabalhadores da Sede. Preparou ainda o «lanche» que foi oferecido aos filhos dos sócios por altura da festa do Natal.

Teve receitas brutas no valor de 4626 contos, apresentando um saldo positivo de 114000\$00, absorvendo os salários e encargos de mais um trabalhador, que foi transferido da secretaria para o bar.

f) À semelhança do que sucedeu no ano transacto, também este ano os resultados da actividade comercial a nível da secção de Fotografia, foram bastante bons, atingindo um valor próximo do 950 contos. Tra-

ta-se de um centro de exploração praticamente sem encargos para a Associação, constituindo por isso uma fonte de receitas privilegiada.

g) O ano de 1983 representa um marco importante na vida da Tipografia Escola. Constitui não só o acesso a uma situação de regular funcionamento de todos os seus serviços, objectivo teimosamente perseguido há dois anos como ainda permitir demonstrar de forma clara e inequívoca a sua viabilidade económica e financeira, constituindo deste modo uma fonte de receitas importante para a Associação.

Este facto deve ser devidamente realçado para que sirva de exemplo e de estímulo.

As medidas gradualmente to-

mas ao longo do ano, conduziram ao pleno aproveitamento da capacidade produtiva da Tipografia com reflexos nos bons resultados obtidos.

Assim em 1983 conseguiu-se um aumento no valor da facturação, de cinquenta e seis por cento em relação ao ano anterior, atingindo-se os 8170 contos.

Os resultados líquidos obtidos situam-se na ordem dos 671 contos o que se pode considerar excepcional, atendendo a que pela primeira vez na história da Tipografia, esta não foi contemplada com qualquer subsídio, e que parte dos seus trabalhadores são deficientes e por isso com limitações.

além disso, devemos realçar ainda o montante de 672 contos

referentes a amortizações e provisões criadas no exercício.

i) Na delegação do Porto os sectores produtivos também atingiram resultados positivos que atestam a grande capacidade de gestão dos seus dirigentes e a eficácia dos seus trabalhadores.

A Oficina de Marcenaria teve receitas no valor de 686 contos de que resultaram um saldo de 33762\$00.

As actividades desenvolvidas pelo Centro Oficial de Meios Ortopédicos já foram amplamente divulgados na alínea e) do n.º 2 tendo facturado no valor de 11127425\$00 produzindo um resultado positivo de 577531\$00.

j) Pela primeira vez na história da ADFA, o orçamento para o ano seguinte foi aprovado no final do ano permitindo deste modo avançar para 1984 com todos os dados de natureza financeira indispensáveis a uma consciente gestão dos recursos associativos.

posição do MDN quanto às questões em aberto, designadamente quanto à extensão dos direitos dos deficientes em campanha aos deficientes em serviço, à acumulação de pensões, à acumulação de pensão e vencimento na função pública, à equiparação dos deficientes em serviço com sessenta por cento ou mais da incapacidade aos deficientes em campanha e à lei dos grandes deficientes foi referido que todas estas questões ainda estão a ser analisadas pelo que não lhe é possível adiantar qualquer solução.

A questão da reposição em funcionamento da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência no MDN mereceu um tratamento especial, sendo considerado pela ADFA como uma peça fundamental que irá permitir o relançamento da parte legislativa e para a qual se verificou uma receptividade bastante grande por parte do Secretário de Estado no sentido desta questão poder vir a ser encarada no âmbito da aprovação da nova lei orgânica do MDN.

Também foi analisado o problema dos milícias e caçadores guias que se deficientaram em campanha e para os quais a ADFA gostaria de ver enquadrados no âmbito do Decreto-Lei n.º 43/76. Posteriormente, em contactos com o Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi referido que os projectos que tratam da acumulação de pensão com o vencimento e a acumulação de pensão com o vencimento e a acumulação de pensões se encontravam já numa fase adiantada tendo-se recolhido diversos pareceres das entidades interessadas, bem como a integração dos milícias no Decreto-Lei n.º 43/76 se encontrava bem encaminhada, aguardando-se parecer do EME, sabendo-se já em 1984 que aqueles irão ser abrangidos pela extensão deste decreto-lei.

Sobre a lei dos grandes deficientes e sobre a equiparação dos deficientes com sessenta por cento ou mais de incapacidade foi referido que estas questões vão ser reanalisadas conjuntamente com o EMGFA. No entanto, o Governo não pretende assumir tal como o anterior, a revisão global do decreto-lei n.º 43/76 encontrando-se aberto a analisar apenas alterações parcelares.

Ao Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional foi reiterada a exigência quanto à uniformização, tanto quanto possível, dos actuais estatutos dos DFAs (campanha, serviço e não em serviço), pretendendo-se ainda ver aprovado um diploma próprio para os deficientes mentais, cujas situações fogem ao âmbito da legislação existente.

Para uma análise mais profunda sobre a reposição da CMRA foi solicitado à ADFA uma cópia do projecto de recriação da CMRA, que em tempos enviara ao EMGFA, aguardando-se que a esta questão seja dado um tratamento conclusivo pela importância fundamental em ser recriado um órgão que possa tratar dos assuntos estritamente militares dos DFAs, e consequentemente merecerem a devida atenção e tratamento por parte da instituição militar e do Governo.

III ACTIVIDADES EXTERNAS

1. REIVINDICAÇÕES LEGISLATIVAS

a) Após demorada mas persistente luta conseguiu-se fazer entrar em vigor o Decreto-Lei n.º 434-A/82 que garantia o direito à assistência médica e medicamentosa para os deficientes das Forças Armadas, seus familiares e beneficiários de pensão de preço de sangue.

A aprovação daquele diploma teve lugar em OUT82 na última reunião do Conselho da Revolução depois de fortes e quase desesperadas pressões não se conseguindo porém, fazer entrar em vigor de imediato por o Exército não dispor de verbas para suportar os encargos, iniciando-se assim um processo moroso com contactos frequentes com o EME e o EMGFA no sentido de se desbloquear aquela situação e que passava por um reforço de verba substancial.

Finalmente em AGO83, os serviços centrais da Assistência na Doença aos Militares do Exército comunicaram à ADFA que estavam já em condições de emitir os cartões para todos os beneficiários previstos pelo Decreto-Lei 434-A/82. Pela primeira vez, depois do 25 de Abril de 1974, uma lei específica contempla de igual modo os DFAs em campanha e em serviço e ainda os familiares dos militares falecidos beneficiários de pensão de preço de sangue, conseguindo-se assim a assistência médica, tão necessária sobretudo para os deficientes e que é agora garantida pelos serviços de saúde militar, nas mesmas circunstâncias em que o é para os militares do activo.

b) Mercê da instabilidade governamental, durante o primeiro semestre de 1983 não foi possível fazer-se aprovar qualquer dos diplomas legislativos que se encontravam em estudo. Logo que o Governo tomou posse, a ADFA solicitou uma audiência ao Ministro da Defesa Nacional, tendo sido recebida em SET83, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional em quem aquele ministro delegara algumas das suas competências. Sendo-lhe solicitado qual a

CONTAS APROVADAS NA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO	Activo bruto	Prov., amortizações e reintegrações	Activo líquido	PASSIVO	Passivo e situação líquida
Disponibilidades:				Débitos a curto prazo:	
Caixa			1233 290\$24	Fornecedores com gerais	4462 200\$10
Depósitos à ordem			1647 161\$11	Empréstimos de sócios	45 783\$40
			2880 451\$35	Empréstimos de associadas	985 532\$40
Créditos a curto prazo:				Outros empréstimos obtidos	1047 580\$10
Depósitos a prazo	7618 754\$40		7618 754\$40	Sector público estatal	1434 533\$92
Clientes c/ gerais	7922 843\$74	167 328\$00	7755 515\$74	Outros credores c/ gerais	2069 285\$06
Fornecedores, c/c	242\$50		242\$50		10044 914\$98
Outros empréstimos concedidos	1701 765\$30		1701 765\$30		
Outros devedores	3104 583\$06	3104 583\$06		Débitos a médio e longo prazo:	
			20180 861\$00	Proventos antecipados:	
Existências:				Receitas antecipadas	2162 647\$00
Mercadorias	3266 341\$95		3266 341\$95		
Produtos acabados e semiacabados	2050 149\$84		2050 149\$84	Total do passivo	12207 561\$98
Produtos e trabalhos em curso	189 328\$00		189 328\$00		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5286 788\$70	270 128\$00	5016 660\$70		
Embalagens comerciais retornáveis	13 333\$00		13 333\$00		
			10535 813\$49		
Créditos a médio e longo prazo:					
Imobilizações financeiras:				SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Participações de capital noutras empresas	410\$00		410\$00	Capital e prestações suplementares:	
			410\$00	Capital adquirido	3308 047\$20
Imobilizações corpóreas:				Resultados transitados:	
Edifícios e outras construções	6077 490\$07			Exercícios anteriores	35206 471\$50
Equip. básicos e outras máquinas e instalações	7279 269\$36			Resultados líquidos:	
Ferramentas e utensílios	456 730\$85			Resultados correntes do exercício	-2166 441\$93
Material de carga e transporte	384 314\$40				
Equip. admin. e social e mobiliário diverso	9139 762\$20			Total da situação líquida	36348 076\$77
Taras e vasilhame	160\$00				
Outras imobilizações corpóreas	488 420\$20			Total do passivo e da situação líquida	48555 638\$75
	23826 147\$08	10618 340\$67	13207 806\$41		
Imobilizações em curso:					
Obras em curso	1610 940\$50		1610 940\$50		
Custos antecipados:					
Outros custos plurianuais	139 356\$00		139 356\$00		
Total do activo			48555 638\$75		

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Existências iniciais:			Vendas de mercadorias e produtos:		
Exist. Técnicas Iniciais	8286 723\$42		Mercadorias	7771 045\$70	
Compras	14625 568\$11		Prestações de serviços	25088 834\$90	32859 880\$60
Regularização das existências	887\$50				32859 880\$60
Existências finais	7791 785\$70		Variações de produções:		
Custo das exist. vendidas e consumidas:			Existências finais:		
Mercadorias	15 119 618\$33		Produtos acabados e semiacabados	3014 155\$79	
	15 119 618\$33		Existências iniciais:		
Subcontratos	6039 906\$26		Produtos acabados e semiacabados	1743 142\$79	
Fornec. e serviços de terceiros	11848 419\$54		Aumento/redução dos produtos:		
Impostos — Indirectos	27896\$00	17916 221\$80	Produtos acabados e semiacabados	1271 013\$00	
Impostos — Directos	3868\$00				1271 013\$00
Despesas com o pessoal	21490 257\$80		Subs. destinados à exploração	18560 000\$00	
Despesas financeiras	129 221\$80		Receitas suplementares	11794\$00	18571 794\$00
Outras despesas e encargos	3934 753\$90	25568 101\$50	Receitas financeiras correntes		41927\$80
Amortiz. e reintegrações do exerc.	1661 748\$00		Receitas de aplicações financ.		2033 799\$50
Provisões do exercício	207 165\$40	1868 913\$40	Outras receitas		4260 708\$30
(A)		60462 855\$03	Utilização de provisões		6336 435\$60
Perdas extraord. do exercício	68 246\$00		(B)		59039 123\$20
Perdas de exercícios anteriores		943 122\$30	Ganhos extraord. do exercício	210 410\$20	
Prov. para impostos sobre os lucros		1011 368\$30	Ganhos de exercícios anteriores		58248\$00
Resultados líquidos		-2166 441\$93		58248\$00	268 658\$20
		59307 781\$40			59307 781\$40

ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRÁFICOS

NA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DA ADFA

REVELAÇÕES, AMPLIÇÕES E AMPLIAÇÕES

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA
TEL. 362167/8/9

LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL PROMOVE SEMINÁRIO:



O 25 DE ABRIL — DEZ ANOS DEPOIS



A Associação 25 de Abril tem vindo a desenvolver, no quadro dos objectivos que justificam a sua criação, um conjunto de actividades ligadas ao décimo aniversário do momento histórico mais importante da recente história portuguesa — o 25 de Abril de 1974.

No conjunto de actividades a desencadear, que visam contribuir para a comemoração condigna desta data baseada num espírito de consciencialização activa dos cidadãos para os enormes problemas nacionais, assume particular importância a realização de um seminário subordinado ao tema central: «O 25 de Abril — Dez anos depois», que decorrerá em Lisboa de 2 a 5 de Maio p. f.

Este seminário, como actividade cultural, procurará ser uma contribuição para uma reflexão sobre o significado em termos de situação actual e perspectivas, das transformações políticas, económicas e sociais associadas ao 25 de Abril. Para tal, o seminário será organizado em torno dos três grandes temas colocados à sociedade portuguesa pela revolução de Abril: *Democratizar, Descolonizar e Desenvolver*.

O seminário «25 de Abril — Dez anos depois», será organizado, deste modo, com a estrutura e programa provisórios que seguem em anexo, e que visa contar com uma ampla e diversificada participação capaz de garantir uma reflexão suficientemente enriquecedora das perspectivas de evolução do nosso país.

DEMOCRATIZAR**Sessões especializadas:**

Cada sessão comportará 4 a 5 comunicações escritas agrupadas por sub-temas, cuja apresentação demorará entre 10 a 15 minutos após o que se procederá a um período de discussão de 1 a 1,5 horas.

Serão cinco as sessões especializadas, tratando-se cada um dos seguintes sub-temas:

- SISTEMA POLÍTICO** — Mudanças institucionais. Os agentes da mudança e Partidos Políticos. O Processo de transição. Quadros Institucionais e Sociedade. Quadros Institucionais e Poder Local;
- COMUNICAÇÃO SOCIAL** — Informação estatizada, Informação privada e pluralismo democrático. Poder político e informação. A condição e estatuto do jornalista.

- SISTEMA DE ENSINO** — As reformas adiadas. A democratização da escola. Adequação da escola à sociedade;
- SISTEMAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO** — Sindicalismo pós 25 de Abril; Estado democrático e direito do trabalhador, Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e Poder Político;
- SISTEMA DE VALORES** — As novas atitudes sociais. Representação social de valores tornados acessíveis pela mudança do regime.

DESENVOLVER**Sessões especializadas:****a) SESSÃO INTRODUTÓRIA****A política colonial e a guerra**

- Sistemas político-administrativos coloniais.
- Estruturas do diversos territórios e respectivas inter-relações.
- Situações socioeconómica das populações coloniais.
- Génese e desenvolvimento dos movimentos nacionalistas.
- A situação colonial portuguesa no quadro da política internacional.
- Consequências económico-sociais do esforço de guerra, em Portugal e nas colónias.
- Acção dos aparelhos de informação e propaganda / repressão ideológica.
- A opinião pública e a resistência interna.
- A situação militar em cada um dos teatros de guerra e sua evolução.

b) SESSÃO CENTRAL**Descolonização dos territórios sob administração portuguesa**

- A situação política e a descolonização logo após o 25 de Abril.
- Alternativas políticas em confronto para a solução do problema colonial.
- O processo de descolonizações, os acordos de paz, a transição para a independência, a resolução dos

chamados «contenciosos coloniais» e o estabelecimento das bases de cooperação com Portugal em:

- Guiné
 - Cabo Verde
 - Moçambique
 - S. Tomé e Príncipe
 - Angola
- O problema dos retornados e a sua integração no País.
 - O aso de Timor.

c) SESSÃO FINAL

Os principais reflexos da descolonização no quadro das relações externas do País

- A transformação da imagem de Portugal e dos portugueses perante o mundo.
- As potencialidades do novo posicionamento do Portugal pós-Abril nas grandes organizações internacionais.
- A abertura de relações diplomáticas com dezenas de novos países, designadamente africanos, árabes e socialistas.
- Consequências de uma política de aproximação com os novos países africanos no contexto das relações externas do País, nomeadamente ds tradicionais.

DESCOLONIZAR**Sessões especializadas:**

- O sistema produtivo** (Desenvolvimento industrial e Agrícola; Redução do défice externo; Especialização internacional; Política Científica e tecnológica; Sistema educativo e Integração europeia).
- O espaço económico nacional** (Desenvolvimento regional; Redução das desigualdades no acesso aos bens e serviços; Articulação cidade/campo; Ordenamento territorial; Infra-estruturas sociais).
- O nível de vida da população** (Repartição do rendimento; Satisfação das necessidades; Garantia de rendimentos mínimos; Segurança social; Política de preços e rendimentos; Emprego e desemprego).

PAINEL: Comportamento dos principais agentes económicos e representatividade dos parceiros sociais.

ENTREVISTA DE MELO ANTUNES AO ELO

(Continuação da pág. 10)

A NOVA ORDEM ECONÓMICA MUNDIAL

efectivo para o estabelecimento de relações de cooperação e justiça entre os povos, mais até entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento?

MELO ANTUNES — Hoje, é universalmente reconhecida a necessidade de se encontrarem formas de cooperação entre os países desenvolvidos e os países mais pobres. De um modo geral, aquilo que se designa por Diálogo Norte-Sul está agora um pouco na ordem do dia, depois de ter sido objecto de certos ataques por parte de grupos políticos que achavam esse diálogo fruto de uma concepção terceiro-mundista da sociedade. Ora, hoje, os próprios países desenvolvidos da Europa reconhecem que grande parte do seu próprio destino depende dum novo tipo de relações com os países subdesenvolvidos e que não é mais possível fundar-se um mundo de estabilidade e de paz, relativamente harmonioso e equilibrado, sem que um novo tipo de relações entre os ricos e os pobres se estabeleça, sem que seja possível implantar uma nova justiça à escala mundial. Aquilo que se designa por uma nova ordem económica mundial, que durante muito tempo não passou de uma fórmula a que poucas pessoas e sectores atribuíram significado, é hoje uma das questões mais importantes do nosso tempo, sem a qual, efectivamente, poucas esperanças haverá de se encontrarem soluções que tenham que ver com as questões relativas à justiça a nível planetário e com os próprios problemas dos países desenvolvidos.

Portugal, como sempre preconizei, dada a sua especial posição nesta articulação das relações entre o Norte e o Sul, por razões históricas, por razões culturais e até por razões políticas, podia ter um papel activo bastante importante, não só dando uma contribuição para a busca de soluções no domínio das relações Norte-Sul, como também na defesa dos seus próprios interesses nacionais.

O que duvido é que a política externa portuguesa tenha neste momento um conteúdo que leve Portugal a desempenhar de facto esse papel que eu gostaria, assim como muitos portugueses, que desempenhasse.

PORTUGAL É UM INTERLOCUTOR PRIVILEGIADO NO DIÁLOGO NORTE-SUL

ELO — Ao privilegiar-se Portugal como mediador entre os países desenvolvidos e os países do Terceiro Mundo, não se sobrestima esse papel? Quais são os fundamentos concretos para Portugal desempenhar tal papel?

MELO ANTUNES — Portugal pode desempenhar um papel concreto e importante porque razões históricas levam a que Portugal pudesse ter maior facilidade de diálogo com muitos países do Terceiro Mundo, nomeadamente países africanos e até alguns países latino-americanos, porque não mesmo alguns países asiáticos, facilidade de diálogo essa que abriria muitas perspectivas, que abriria muitas portas,

muitas possibilidades de se encontrarem em comum soluções que fossem debatidas na comunidade internacional, nos grandes centros de decisão onde essas questões são discutidas. Portugal, sendo um país que historicamente tem relações importantes com o mundo desenvolvido poderia efectivamente ser como que o porta-voz de aspirações do Terceiro Mundo e dar a conhecer ao Terceiro Mundo os problemas concretos que são sentidos pelos países desenvolvidos. Isto é, o papel que penso que Portugal pode ter é de abrir canais, de abrir espaços de comunicação resultantes de uma credibilidade histórica, devido a toda a sua posição ao longo da História dos últimos séculos e a uma certa capacidade demonstrada de poder ser capaz de contactar com diferentes povos, com diferentes espaços geográficos e com diferentes culturas de uma forma activa, de uma forma positiva. Creio que Portugal pode ter uma credibilidade muito maior do que a da maior parte dos países do Hemisfério Norte; utilizando essa arma, utilizando esse trunfo, tendo vontade política para o fazer, a sua influência seria muito maior do que aquela que seria de esperar da sua dimensão própria, em termos de país, haveria uma potenciação de certos recursos, de certos valores que Portugal historicamente possui e lhe poderiam dar um lugar bastante útil, para a comunidade internacional no seu conjunto e para a defesa dos nossos próprios interesses nacionais.

O 25 DE ABRIL CRIOU PERSPECTIVAS INSUSPEITADAS DE RELACIONAMENTO INTERNACIONAL

ELO — Mas o papel privilegiado de Portugal para estabelecer o diálogo Norte-Sul não está em contradição com o facto de termos sido a última potência colonial?

MELO ANTUNES — Não, pois penso que apesar de tudo foi notório que com o 25 de Abril se abriram imediatamente perspectivas de relacionamento com os outros povos, nomeadamente com as antigas colónias portuguesas e com grande parte dos países do Terceiro Mundo que eram insuspeitadas até então. O próprio facto de ter sido em Portugal que os portugueses decidiram terminar com o regime que bloqueava até então as relações com grande parte do Mundo, e em especial com os países subdesenvolvidos, e o facto de que foi a partir de uma revolução interna em Portugal que se abre uma perspectiva que corresponde de facto às aspirações e aos interesses reais do Povo Português, isso determinou uma atitude completamente nova por parte dos países do Terceiro Mundo. Portanto, aquilo que se dizia, não haver, por parte dos povos submetidos à denominação colonial ou dos povos do Terceiro Mundo, razões de antagonismos relativamente ao Povo Português mas sim relativamente ao governo de então, essa realidade veio subitamente ao de cima, emergiu de uma forma visível logo após o 25 de Abril. Todas aquelas

características a que me referi, possibilidade de diálogo, em termos diferentes daqueles que os países mais ricos têm com os países do Terceiro Mundo, essa possibilidade apareceu claramente expressa logo após o 25 de Abril. Isso é um triunfo e um valor que nós ainda temos, embora tenha tendência a desgastar-se se não for convenientemente utilizado.

CONTINUAR ABRIL PELA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA REAL

ELO — 10 anos depois de Abril, em que medida temos de continuar Abril?

MELO ANTUNES — É evidente que os ideais que estão na base da Revolução de Abril não estão esquecidos. Há muitas pessoas no nosso país que continuam a não acreditar num futuro diferente e que Portugal pode ser transformado, de facto pode haver uma democracia real, isto significa que, para além dos aspectos formais de um sistema político pluralista e representativo, haja realmente justiça social e haja realmente maior igualdade em todos os campos.

É preciso, portanto, não perder a esperança, é preciso continuar a lutar, é preciso que as novas gerações sejam capazes também de se apropriarem desses valores, de lhes darem um conteúdo correspondente às necessidades contemporâneas. Trata-se assim de continuar Abril dessa forma.

MAIOR DINAMISMO PARA AS RELAÇÕES COM OS NOVOS PAÍSES DE ÁFRICA

ELO — No campo das relações económicas e políticas entre os novos países de expressão portuguesa e Portugal, é possível indicar alguns obstáculos que tenham impedido o seu pleno desenvolvimento?

MELO ANTUNES — Apenas poderei dizer que me parece que a forma como se estabeleceram relações entre Portugal e as antigas colónias, ou pelo menos algumas delas, nos últimos tempos tem sido marcada por uma certa desconfiança mútua, por uma certa aspereza e rigidez nos contactos, que obviamente conduzem a uma situação de difícil relacionamento entre Portugal e alguns desses países, nomeadamente Angola.

Penso que é uma situação lamentável, que não corresponde aos interesses de Portugal. Portugal deveria exercer uma acção mais dinâmica, mais enérgica, mais flexível para tentar ultrapassar as dificuldades, com Angola, em especial, por razões que têm que ver com os interesses permanentes de Portugal, no campo das relações externas, e por razões que têm que ver com os seus interesses nacionais.

Limito-me portanto, neste momento, a exprimir o meu desejo de que o governo encontre soluções práticas, de modo a ultrapassarem-se as dificuldades que ultimamente têm surgido nas relações com Angola.

VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO DE V. N. FAMILIÇÃO TEM NOVO HORÁRIO

Conforme a Assembleia Geral da Delegação de V. N. de Famliação, realizada em onze de Fevereiro, foi aprovada a abertura da delegação aos sábados, da parte da manhã.

Na mesma assembleia geral, onde estiveram pre-

sentes trinta e oito sócios, foi aprovado o relatório de actividades e contas da Direcção da Delegação, foi considerada a concretização de obras na sala de convívio, aspecto primordial para os interesses da delegação e os sócios foram

informados da necessidade de formação de uma comissão para a festa de Natal de 1984, constituída de preferência por sócios voluntários que não fizessem parte dos actuais órgãos da delegação e em número de dois por cada localidade (Guimarães, Braga, Barcelos).

HORÁRIO DA DELEGAÇÃO DE V. N. FAMILIÇÃO

PERÍODO	SECRETARIA		BAR	
	2.ª a 6.ª FEIRA	SÁBADO	2.ª a 6.ª FEIRA	SÁBADO
MANHÃ	10H00 às 12H00	09H00 às 12H00	09H às 13H00	09H00 às 12H00
TARDE	15H00 às 18H00		13H00 às 18H00	

OBS: 1 — Os períodos das 09H00 às 10H00 e das 12H00 às 13H00 do BAR, são assegurados de 2.ª a 6.ª Feira, pelo Trabalhador da Secretaria.

2 — Este Horário entra em vigor a partir do dia 1 (Quinta-Feira) de Março de 1984.

FUNDAÇÃO SAIN — 25 ANOS

OFICINA DE TREINO PROFISSIONAL

Conforme o último número do ELO, publicamos hoje um apontamento sobre a oficina de treino profissional da Fundação Sain, concluindo a nossa reportagem sobre os 25 Anos da Fundação Sain.

Tendo surgido numa década em que a falta de técnicos especializados no sector da metalo-mecânica se fazia sentir, foi a formação naquela área desenvolvida, assim como na área de carpintaria.

A existência neste momento na oficina de sete operários há vários anos, praticamente em regime de trabalho protegido, e a redução do treino profissional a oito novos estagiários, falam-nos por si da dificuldade de colocação dos cegos, mesmo quando reabilitados e formados profissionalmente, não deixando de considerar a opinião do técnico responsável pelas oficinas, Luís Fonseca:

— *Existem postos de trabalho na indústria metalo-mecânica que os deficientes visuais podem ocupar. O problema está na falta de sensibilização e na falta de vontade dos gestores (...).*

Colocar as pessoas já formadas no mercado normal de trabalho ou em oficinas protegidas, dar lugar a novos estagiários, criar novas formas de saída profissional, constituem exigências do futuro das oficinas da Fundação Sain. E entretanto, elas são uma realidade a considerar.

A oficina de treino profissional da Fundação Sain é frequentada, por pessoas com mais de 16 anos de idade, total ou parcialmente cegas, a quem é ministrada formação profissional (teórica e prática), durante um período de um ano, com a finalidade de garantir posteriormente, uma melhor integração sócio-laboral no mercado de trabalho competitivo, tanto na indústria

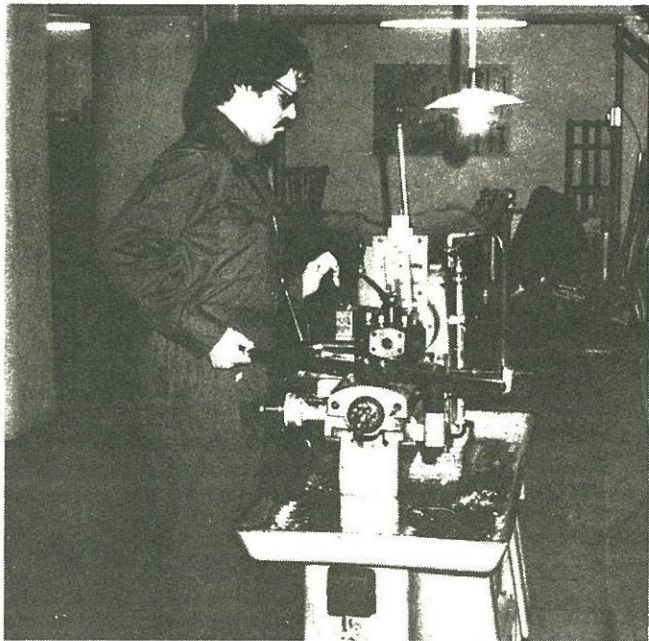
metalo-mecânica como em outras congéneres.

Os estagiários dispõem nesta oficina de cadernos escritos em braille, sobre matérias técnico-profissionais, para enriquecimento da sua formação profissional.

A Avaliação final sobre o aproveitamento do estagiário,

terão que realizar exames psicotécnicos e entregar documentação diversa.

A oficina está equipada com: prensas mecânicas e manuais, tornos mecânicos, guilhotinas, fresadoura universal, engrenhos de furar, compressor de ar, serra radial, serra de fita, plaina me-



rio, tem em conta os resultados da aprendizagem de conhecimentos e dos reflexos, conclusão sobre o treino de ritmo funcional, a pontualidade e assiduidade, a atitude pessoal na aplicação ao trabalho e espírito de equipa.

No final do estágio, é passado ao estagiário o certificado de frequência com o parecer quanto à sua futura actividade profissional.

Durante o estágio, recebe mensalmente um subsídio de cerca de 10 000\$00 e na Fundação, toma gratuitamente o pequeno almoço, almoço e lanche. Quanto ao jantar e alojamento, são a seu cargo, fora da Fundação.

Os interessados em frequentar a oficina de treino

cânica e desengrossadeira, lixadeira mecânica e manual, etc., e uma variada gama de ferramentas de Carpintaria e Serralharia.

A oficina de treino profissional tem um programa de trabalho planeado e específico.

Os estagiários executam determinadas obras, que são os exercícios práticos do estágio com materiais diversos, como por exemplo: madeira, aço macio, latão, cordel de sisal, nylon em varão ou manga, cartão de fibras várias.

Destacamos a execução de bengalas e pautas para escrita a negro, em duralumínio e contraplacado respectivamente, por serem obras destinadas a cegos.

CAMPISMO NA ADFA GANHA FORÇA

Como é já do conhecimento, existe no âmbito do DDCD da ADFA uma Secção de Campismo, a qual se encarrega das mais diversas tarefas sobre campismo, nomeadamente a nível da requisição ou renovação das cartas de Campista Nacional, Internacional e Juvenil. Sabendo que o campismo é uma das aís saudáveis formas de ocupação dos tempos livres, utilizado por muita gente para gozo das suas férias e dado que existe um elevado número de sócios que são campistas ou pretendem vir a sê-lo, a ADFA tratou de legalizar esta secção junto da FPCC.

Iniciou-se recentemente uma investida junto de diversos Parques de Campismo com o objectivo de obter lugares para os nossos associados; esperamos, pelo menos nalguns deles, obter resultados satisfatórios. Uma das questões que têm sido abordadas nos contactos com os dirigentes dos Parques é o problema das barreiras arquitectónicas, que apesar da boa vontade dos dirigentes, a esmagadora maioria dos Parques não se encontra em condições de poderem ser utilizados por grandes deficientes motores devido à existência de barreiras, em grande parte desnecessárias, pois não melhoram a estética, aumentam os custos e impossibilitam a sua utilização por um significativo número dos nossos sócios. De momento aguardamos respostas sobre a cedência de espaços nalguns Parques, no entanto, à semelhança do ano transacto, dispomos de um lugar no Parque do Piedense na Costa de Caparica. Temos conhecimento que muitos dos nossos sócios são já campistas, tendo obtido a respectiva cartas nos mais diversos clubes, estes sócios podem e devem pedir a sua transferência para a Secção de Campismo da ADFA, uma vez que quantos mais campistas tivermos mais força teremos, quer a nível da Federação Portuguesa de Campismo quer junto dos diversos Parques que vimos contactando para a obtenção ou reserva de lugares destinados aos nossos associados.

Para pedir transferência do clube ou colectividade a que pertencem para a Secção de Campismo da ADFA, os nossos associados, devem dirigir-se aos respectivos clubes e solicitar que lhes seja autenticado o pedido de transferência que seguidamente entregam em qualquer delegação.

Para requisitar pela primeira vez a carta de campista, os sócios e familiares directos necessitam do seguinte:

1 Fotografia sua para a C. Campista Nacional; 1 Fotografia da esposa (se for caso disso); 1 Fotografia

para a Carta Internacional (se desejar); 1 Fotografia dos filhos com mais de 12 anos para a Carta Juvenil.

A partir dos 16 anos, os filhos dos sócios terão que tirar a carta de Campista Nacional.

Contrariamente ao que se verifica em qualquer clube de Campismo, na Secção de Campismo da ADFA, os sócios pagarão apenas o preço real que nos é exigido pela F.P.P.C., sem quaisquer encargos adicionais.

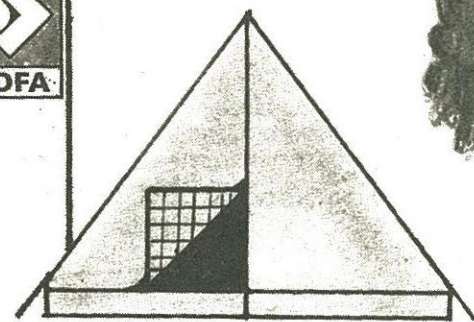
Encontram-se na Secção de Campismo na sede e nas

respectivas delegações os selos para renovação das Cartas de Campismo requeridas em 1983 através da ADFA, pelo que os sócios que tiraram a sua Carta Campista no ano transacto devem dirigir-se à sede ou à delegação a que pertencem a fim de adquirirem os selos.

— Se és Campista pede a tua transferência para a nossa Secção de Campista.

— Se pretende tirar a Carta de Campista fá-lo através da ADFA.

Contigo a Secção de Campismo será mais forte.



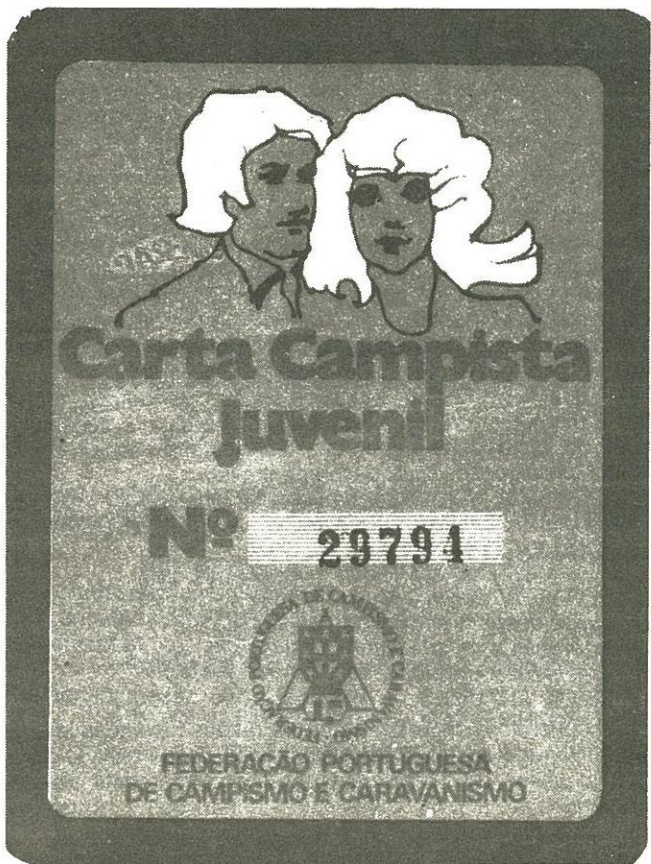
PARQUE DA PENHA — GUIMARÃES E PARQUE DA TORREIRA — MURTOSA DISPÕEM DE LUGARES PARA OS NOSSOS ASSOCIADOS

Dos contactos efectuados recebemos já duas respostas positivas, uma do círculo de Arte e Recreio de Guimarães, proprietário do Parque de Campismo da Penha — Guimarães, cuja secção de campismo colocou à nossa inteira disposição aquele Parque de Campismo durante todo o ano, à excepção do mês de Agosto.

Os sócios interessados em passar as suas férias ou acampar uns dias em Guimarães, com estadia totalmente gratuita, sem o pagamento de qualquer taxa, deverão dirigir-se à Sede ou à sua delegação e pedir uma credencial para entregar no referido Parque.

Também a Câmara Municipal de Murtosa dispõe de cinco lugares reservados aos nossos associados no Parque de Campismo da Torreira.

Os sócios interessados em ir para este Parque devem entrar em contacto com a Sede ou com as delegações que depois comunicam à Sede qual o período que pretendem, uma vez que só dispomos de cinco lugares cuja reserva terá que ser feita pela ADFA com a necessária antecedência, para assim podermos garantir os lugares aos interessados.



DESPORTO

TORNEIO DA PRIMAVERA DE BASQUETEBOL

ADFA EM BOA POSIÇÃO

Com a vitória da equipa de basquetebol da ADFA abrem-se excelentes perspectivas para a conquista, mais uma vez, deste torneio anual da DGD Lisboa.

A nossa equipa tem vindo a treinar três vezes por semana com cerca de treze jogadores nos treinos. Infelizmente as cadeiras com que os atletas praticam esta modalidade estão já muito velhas e desactualizadas, pondo-nos desde logo em posição de desvantagem relativamente a todas as outras equipas.

Realizaram-se no passado dia 7 de Abril os jogos de basquetebol em cadeira de rodas com que se iniciou o Torneio de Primavera da DGD Lisboa que já habitualmente se vem realizando anualmente. A ADFA ao bater a «Joanita» abriu grandes possibilidades de vir mais uma vez a conquistar este torneio.

normal de prática desportiva, criando-se com este contato, um relacionamento muito saudável e descomplexado.

Antes do início do jogo, ainda enquanto decorria a partida Alcoitão-APD, tivemos ocasião de consultar a opinião dos atletas da ADFA que se encontravam em

à ADFA através da movimentação táctica, optou na segunda parte por uma cobertura de homem a homem o que veio a prejudicar um pouco o ritmo do jogo e a sua beleza. A ADFA mostrou um grande sangue-frio na contraposição a esta táctica, não se desmanteando e mantendo uma grande disciplina de jogo: não fossem os muitos cestos falhados e o resultado teria exprimido mais correctamente a relação das forças existentes.

A ADFA conta com uma grande desvantagem relativamente às outras equipas no que concerne ao material utilizado: as nossas cadeiras são muito velhas e desactualizadas. Todas as outras equipas participantes

professor António Ferreira foi no essencial positiva, peço no entanto por excesso de zelo, interrompendo demasiado o jogo, quebrando-lhe ainda mais o ritmo, em situações com que se beneficiava o infractor.

O professor Martins responsável pela área de deficientes, muito entusiasta, comunicou-nos que a DGD irá organizar outros convívios desportivos; em 28 de Abril, no Alcoitão nas modalidades de ténis, Ginástica e Club; em 19 de Maio, no Estádio Nacional, haverá jornadas desportivas em que participarão deficientes e não deficientes nas modalidades de ténis, natação, ginástica, tiro com arco, recreação e atletismo.

Durante este ano estão previstos quinze fins de semana em que através de iniciativas da DGD os deficientes poderão praticar desporto, se atendermos ao reduzidíssimo orçamento que possuem para a dinamização destas iniciativas (50 contos) teremos de concluir que é um esforço muito louvável. O professor Martins transmitiu-nos ainda a sua satisfação pela forma como o torneio tem decorrido, e pela subida de nível que tem constatado nesta modalidade nos campos técnico, táctico e de material. Disse-nos ainda que a DGD organiza estes torneios para que possam existir provas de competição, uma vez que não havendo uma Federação de Desporto para Deficientes não há possibilidades de os deficientes organizarem essas provas.

A 2.ª jornada do Torneio realizou-se a 14 de Abril tendo a ADFA vencido brilhantemente a APP por 63-13.

O Alcoitão venceu o «Joanita» por 39-30.

A classificação neste momento é o seguinte:

	V	D	PONTOS
1.º Alcoitão	2	-	4
2.º ADFA	2	-	4
3.º Joanita	-	2	0
4.º APD	-	2	0

É grande a expectativa em volta do jogo entre a ADFA e o Alcoitão que são sem dúvida as duas melhores equipas.

A. Roque



Jogo de basquetebol entre o ADFA e a «Joanita» no pavilhão do Estádio Universitário

O jogo realizou-se no pavilhão do Estádio Universitário, onde simultaneamente decorriam outros jogos de basquetebol (não em cadeiras). Os jogadores, com ou sem deficiência, movimentavam-se entre si com a maior naturalidade pelo facto de se encontrarem várias vezes por semana durante os treinos. Este é, parece-me, um exemplo daquilo que poderá ser reintegração do deficiente na sociedade; os deficientes praticando desporto entre si, fazem-no no entanto num ambiente

grande expectativa, como é natural neste início de época. O Botelho, treinador-jogador da ADFA, disse-nos que estavam ali para ganhar. Existe por parte da equipa da ADFA um espírito competitivo, bastante elevado, o que não é de estranhar dado o desenvolvimento que esta modalidade vem tendo no nosso país.

A ADFA entrou a atacar com grande ímpeto, conseguindo desde logo uma superioridade bem significativa. A «Joanita», vedo que não conseguia contrapor-se

possuem cadeiras de muito boa qualidade. Este problema é de difícil solução uma vez que as cadeiras são bastante caras, é no entanto necessário resolver esta questão, sem o que a ADFA ficará completamente ultrapassado, à medida que o material se for degradando.

Em pleno jogo, houve um jogador que teve de mudar de cadeira em virtude de a sua estar desengonçada e a cadeira suplente não estava muito melhor.

A arbitragem feita pelo

TORNEIO QUADRANGULAR DE FUTEBOL DE SALÃO

Iniciou-se no último ELO a publicação das actividades destinadas à comemoração do nosso aniversário. Por iniciativa do DDCD e com a colaboração dos nossos associados Carlos César, Zé Fernandes e António Martins realizou-se no passado dia 31 um torneio quadrangular de futebol de salão no parque de jogos do Bairro da Boavista.

Essa manhã, não obstante ter estado desagradável para a prática da dita modalidade, foi uma manhã maravilhosa e de confraternização digna, cabendo aos atletas parte importante do espectáculo.

Saliente-se o aspecto particular da disciplina para o bom desenrolar do torneio

que findou com a entrega dos prémios.

Além da equipa organizadora, tivemos a participação da nossa congénere de Setúbal e das equipas principais da Associação Portuguesa de Surdos e como anfitriões os A.1guias da Boavista pertencentes ao Clube Social e Desportivo do Bairro da Boavista.

A classificação final foi a seguinte: 1.º, APS, 4 pontos; 2.º, Social; 3.º, ADFA, Lisboa, 2 pontos; por último a ADFA, Setúbal. O melhor marcador foi A. Cruz, 9 golos, o guarda-redes menos batido, Jorge Santos APS e o jogador mais disciplinado Nelinho do Social.

Resta-nos agradecer ao público presente, ao Clube

«Águias da Boavista» em cuja sede se realizou a cerimónia de entrega dos prémios



Aspecto do jogo de futebol com uma equipa da Associação Portuguesa de Surdos e a ADFA

CALENDÁRIO DOS JOGOS

1.ª VOLTA

1.ª JORNADA — 7 de Abril

1 — 10 H ALCOITÃO-A. P. D.
2 — 11 H JOANITA-A. D. F. A.

2.ª JORNADA — 14 de Abril

3 — 10 H A. P. D.-A. D. F. A.
4 — 11 H ALCOITÃO-JOANITA

3.ª JORNADA — 12 de Maio

5 — 10 H JOANITA-A. P. D.
6 — 11 H A. D. F. A.-ALCOITÃO

2.ª VOLTA

4.ª JORNADA — 2 de Junho

7 — 10 H A. P. D.-ALCOITÃO
8 — 11 H A. D. F. A.-JOANITA

5.ª JORNADA — 16 de Junho

9 — 10 H JOANITA-ALCOITÃO
10 — 11 H A. D. F. A.-A. P. D.

6.ª JORNADA — 23 de Junho

11 — 10 H ALCOITÃO-A. D. F. A.
12 — 11 H A. P. D.-JOANITA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESPORTIVO

A quando da estadia de alguns associados nossos no Hospital Militar de Hamburgo a senhora Christa Küssner enfermeira-chefe nesse estabelecimento hospitalar ofereceu à ADFA, a importância de 150 marcos para a dinamização da actividade desportiva de deficientes. Esta oferta, que agradecemos, advém da compreensão que naquele país se tem da prática da actividade desportiva e dos problemas que a nossa associação enfrenta na aquisição de material de desporto.

CONVÍVIO DESPORTIVO EM ALMEIRIM

Vai realizar-se em Almeirim, no próximo dia 5 de Maio um Convívio Desportivo, organizado pela D.G.D. de Santarém com a colaboração da Câmara Municipal de Almeirim.

As provas realizam-se no Pavilhão da Escola Preparatória e constam de um jogo de basquetebol entre a ADFA e o Alcoitão; um jogo de futebol de salão entre cegos da Luís Braille e Instituto Branco Rodrigues; haverá uma gincana em cadeira de rodas.

CORRIDA EM CADEIRA DE RODAS

Realizou-se no dia 8 de Abril uma corrida em cadeira de rodas entre o Marquês Pombal e o Rossio. Esta corrida foi da iniciativa da Associação Portuguesa de Deficientes e insere-se no âmbito das comemorações do X Aniversário do 25 de Abril.

A ADFA fez-se representar nesta prova que foi ganha por João Cardoso da «Joanita» que demorou quatro minutos a percorrer a distância.

ESTAFETA DOS CAMPOS VERDES

A Associação Cultural e Recreativa Zona Azul, levou a efeito no dia 1 de Abril, a 6.ª ESTAFETA DOS CAMPOS VERDES BEJA 84.

Esta prova estava aberta a deficientes motores que se deslocassem em cadeira de rodas, podendo participar colectiva ou individualmente. Participaram várias associações e clubes: ADFA, «Joanita» Centro de Alcoitão, APD.

A «Joanita» conquistou o primeiro e segundo lugares, a ADFA o terceiro e sexto, o Alcoitão o quarto e quinto e a APD o sétimo e oitavo.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos este mês as seguintes publicações periódicas:

— «Minusport», n.º 54, publicação da Federação Espanhola de Desporto para Deficientes. De realçar um artigo sobre os «III Jogos Mundiais de Inverno para Deficientes».

— Jornal do Exército n.º 291.

— «Desafio de Hoje» n.º 23 em que se realça um artigo de Cicero Rodrigues «A Recuperação dos Deficientes através da Sadia Prática do Esporte».

— «Boletim Informativo da CNAD» n.º 2.

— «Associação», n.º 36, da Associação Portuguesa de Deficientes.

10 ANOS DE LUTA

AS REIVINDICAÇÕES AINDA NÃO SATISFEITAS

«10 Anos de Luta — As reivindicações ainda não satisfeitas» é o título de uma brochura que a ADFA editou, na sequência das deliberações da Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 14 de Janeiro passado.

Esta brochura, distribuída já aos órgãos de informação e às diversas entidades oficiais a quem a Direcção Central da Associação vai solicitando entrevistas, contém um breve historial do processo relativo à aprovação de legislação para deficientes militares. Procurou-se, através desse historial, obter um enquadramento, para melhor compreensão, das reivindicações que a ADFA pretende ver satisfeitas durante o ano de 1984, e que são, conforme deliberação da Assembleia Geral Nacional de 14 de Janeiro:

— **Reposição em funcionamento da Comissão Militar de Reabilitação e Existência (CMRA), extinta através do Dec.-Lei n.º 574/80.**

— **Publicação da Lei dos grandes deficientes, aprovada pelo Conselho da Revolução em 1978 e que os sucessivos governos de então, não têm referendado.**

— **Aprovação do projecto de extensão de alguns direitos dos Deficientes das Forças Armadas em campanha aos deficientes do serviço, elaborado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação em 1982.**

— **Aprovação do projecto de acumulação de pensões dos Deficientes das Forças Armadas abrangidas pelo Dec.-Lei n.º 43/76, elaborado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação em 1982.**

— **Aprovação do projecto de equiparação a DFA dos deficientes com 60% ou mais de incapacidade em serviço em zonas operacionais, elaborado pelo Ministério da Defesa Nacional em 1981.**

— **Aprovação do projecto de definição do limite de acumulação de vencimento e pensão dos Deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Dec.-Lei n.º 43/76 que trabalham na Função Pública com base no ordenado de gestor público, elaborado no Ministério da Defesa Nacional por proposta do Secretariado Nacional de Reabilitação.**

— **Aprovação do projecto de equiparação a DFA dos militares africanos que se equiparam ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, elaborado no Ministério da Defesa Nacional.**

— **Aprovação de um decreto-lei a contemplar a situação dos deficientes mentais, cujos trabalhos foram iniciados em 1982 no Secretariado Nacional de Reabilitação.**

Pretende-se ainda ver publicadas as seguintes medidas que são de carácter geral e interessam, por conseguinte, a todos os deficientes portugueses:

— **Alteração da Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, de forma a devolver ao Conselho Nacional de Reabilitação os poderes deliberativos, garantir a participação activa dos deficientes nas decisões e ainda redefinir as competências do Secretariado, de molde a poder exercer de facto as funções de planificador e coordenador de todas as acções de reabilitação.**

— **Aprovação do projecto de admissão dos deficientes como trabalhadores no sector privado e público empresarial (quota obrigatória), elaborado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação em 1981 com a participação das Associações de Deficientes.**

— **Aprovação do projecto de admissão dos deficientes como trabalhadores na Função Pública, cuja**

verno de então publicou um conjunto de três diplomas (Decreto-Lei n.º 210/73, de 9 de Maio, Decreto-Lei n.º 291/73, de 8 de Junho e Decreto-Lei n.º 295/73, de 9 de Junho), mas, mesmo assim, contemplando

apenas algumas situações e de forma parcelar, ficando muito aquém de corresponder às necessidades e expectativas dos deficientes militares, alguns definitivamente segregados da sociedade

Depois do 25 de Abril de 1974 fez-se ouvir a voz dos deficientes

O 25 de Abril de 1974, ao mesmo tempo que pôs fim à guerra colonial, permitiu que as vítimas desta expressassem livremente o seu descontentamento e exigissem dos órgãos do poder a adopção das medidas adequadas para que lhes fosse garantida uma realização social minimamente semelhante à dos ex-camaradas de armas que passaram incólumes à disponibilidade.

Assim, com a criação da ADFA, em Maio de 1974, os Deficientes das Forças Armadas, os melhores conhecedores das suas próprias necessidades, porque as sentiam, apresentaram aos responsáveis militares de então e ao Governo as suas justas reivindicações.

A nova legislação ficou aquém das pretensões da ADFA

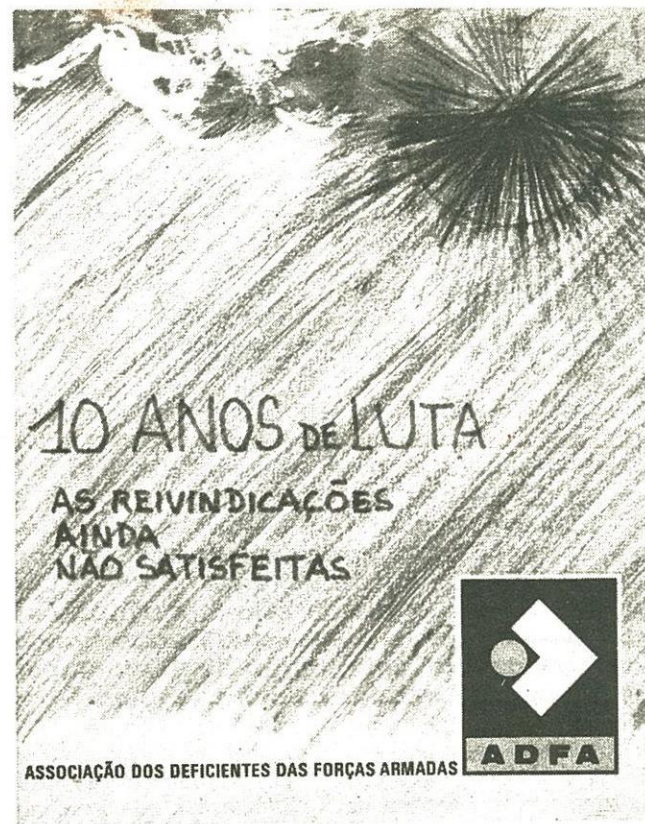
O Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, veio satisfazer apenas em parte as reivindicações dos Deficientes das Forças Armadas.

Pretendia-se que esse diploma, cuja elaboração a ADFA chegou a participar, consignasse, de facto, todos os direitos dos Deficientes das Forças Armadas. Mas isso, por decisão final do Governo de então, acabou por não suceder.

A ADFA, com a sua participação, pretendeu, essencialmente: que fosse estabelecido um critério mais alargado na qualificação de Deficiente das Forças Armadas, considerando o risco agravado como inerente a toda a actividade militar; que os direitos dos deficientes fossem determinados em função do grau de deficiência e da real necessidade de integração social, rejei-

ando-se, ao mesmo tempo, algumas benesses obsoletas vindas de legislação anterior; e que, finalmente, ficasse bem definido o direito à reabilitação e integração sócio-profissional, com indicação das medidas a adoptar neste domínio, incluindo a criação de estruturas próprias para estefim no âmbito da instituição militar.

Estes objectivos não foram plenamente atingidos. Os critérios tradicionais de definição de direitos independentemente da deficiência e do grau de necessidade mantiveram-se em muito e a instituição militar, apesar da criação de uma comissão de reabilitação, não adquiriu sensibilidade nem criou mecanismos funcionais para colocar alguns dos seus recursos e potencialidades ao serviço da reintegração social



elaboração foi já iniciada no Secretariado Nacional de Reabilitação.

— **Alteração do Dec.-Lei n.º 235-D/83 (sobre a aquisição de viatura própria), de molde a garantir a plena utilização da viatura pelo próprio, aliviar os processos burocráticos e impedir aproveitamentos por terceiros em nome dos deficientes.**

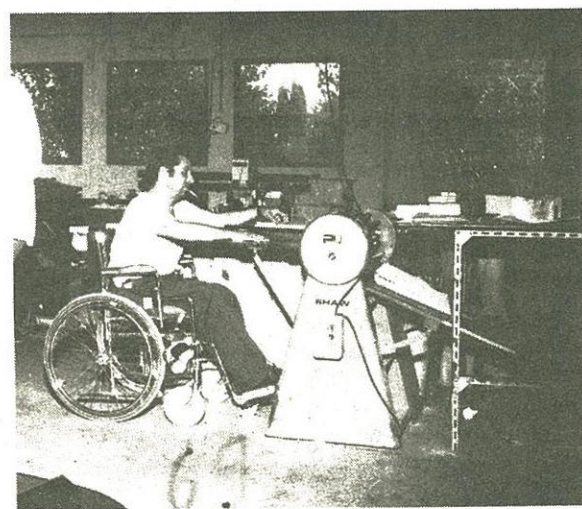
— **Aplicação do Dec.-Lei n.º 43/82 (sobre a eliminação de barreiras arquitectónicas).**

— **Regulamentação e aplicação do Dec.-Lei n.º 40/83 (sobre o trabalho protegido).**

Na impossibilidade de publicação na íntegra deste historial, por falta de espaço, reproduzimos aqui os três primeiros capítulos, que tratam dos antecedentes da publicação do Decreto-Lei n.º 43/76.

dos Deficientes das Forças Armadas.

A qualificação de Deficiente das Forças Armadas não foi tornada extensiva às situações pretendidas. Assim, o âmbito do Decreto-Lei n.º 43/76 foi limitado aos militares que adquiriram deficiências em campanha. Um grande número de deficientes, com acidentes ou doenças consideradas em serviço, não foi, pois, contemplado. E quanto aos deficientes em campanha, os direitos consignados no Decreto-Lei n.º 43/76 estão ainda distantes dos definidos por outros países com legislação mais actual, para além de algumas lacunas graves detectadas logo a seguir.



OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA ADFA

EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

R. ARTILHARIA UM — TEL. 653593 — LISBOA

Em 1961 Portugal preparou-se para a guerra mas ignorou os deficientes militares que esta havia de produzir

Quando em 1961 as Forças Armadas Portuguesas se viram envolvidas na guerra colonial, não existia legislação militar adequada para contemplar as situações que obviamente iriam ocorrer e das quais resultariam muitos mortos e deficientes.

Portugal não participou na Segunda Guerra Mundial, não tendo, por isso, sentido a necessidade de promover a reintegração social dos deficientes de guerra, tal como sucedeu com a generalidade dos países que entraram nesse conflito.

Os deficientes da guerra colonial nem sequer puderam beneficiar da legislação aprovada após a Primeira Grande Guerra para os militares portugueses que se deficientaram nas trincheiras de França, já que tinha sido impiedosamente revogada em 1937, deixando estes últimos no maior abandono.

O período que se seguiu ao segundo conflito mundial, caracterizado por um acelerado desenvolvimento económico e tecnológico, teve os seus reflexos no tratamento e recuperação dos deficientes militares. A par da reconstrução dos países europeus esmagados pela guerra, assistiu-se a uma recuperação bastante eficaz dos militares que nas fileiras dos exércitos se deficientaram. A sua reparação moral e material, tal como a dos militares deficientados em guerras posteriores, como na Argélia e Vietname, por exemplo, processou-se em termos avançados.

Os países do espaço histórico-cultural em que Portugal se situa criaram mecanismos capazes de definir para os seus deficientes militares um estatuto de dignidade, garantindo-lhes meios económicos suficientes e valorizando o respeito e consideração da colectividade por aqueles que foram vitimados ao servi-la nas fileiras das suas Forças Armadas.

Embora a integração social

plena seja ainda um objectivo distante, mesmo nas sociedades mais evoluídas, aos deficientes militares de muitos países são facultados os meios que lhes garantem uma vida muito igual à que levariam se não tivessem ficado deficientes. Alguns há, como por exemplo os veteranos americanos, deficientados em campanha ou em serviço, que dispõem de compensações materiais e assistenciais (pensões, subsídios, prestações sociais e reabilitação) que lhes permitem encarar o futuro sem sobressaltos.

Seria de esperar que Portugal, nos tempos modernos, uma vez empenhado numa guerra, em simultâneo com a preparação das suas Forças Armadas para o combate, criasse condições na rectaguarda para garantir a reparação moral e material aos militares deficientados, promovendo a sua reintegração social. Repor em vigor a legislação promulgada após a Primeira Grande Guerra e revogada em 1937 ou aprovando nova e mais adequada legislação, à semelhança dos outros países, era um dever a cujo cumprimento o Estado não deveria eximir-se. Mas nem uma coisa nem outra foram feitas.

Em 1963, o Governo esboçou uma leve preocupação com os militares do quadro permanente ao aprovar o Decreto-Lei n.º 44/995, de 24 de Abril, permitindo a opção pela continuação no serviço activo daqueles que se deficientaram em campanha.

Os oficiais e sargentos milicianos e ainda as praças, a quase totalidade dos combatentes em África e dos que corriam os naturais riscos da preparação para a guerra, de onde saíram quase todos os Deficientes das Forças Armadas, foram ignorados pelo regime ainda durante mais 10 anos.

Só muito perto do fim da guerra, em 1973, é que o Go-